

# Nos caminhos da história urbana, a presença das figueiras-bravas<sup>1</sup>

Wild fig trees and their relevance to urban history

ROSELI MARIA MARTINS D'ELBOUX<sup>2</sup>

Universidade Presbiteriana Mackenzie / São Paulo, SP, Brasil

**RESUMO:** Este texto trata das chamadas figueiras-bravas, espécies nativas em florestas tropicais e subtropicais que, plantadas ou nascendo espontaneamente em certos locais, propiciaram, sob suas imensas copas, espaços de sociabilidade em muitos núcleos urbanos oitocentistas. As figueiras-bravas foram também importantes marcos paisagísticos, influenciando muitas vezes na configuração de espaços urbanos de várias cidades brasileiras. Neste artigo, três casos relativos ao estado de São Paulo são apresentados: o caso de Lorena, no Vale do Paraíba, onde ao menos quatro logradouros importantes foram formados a partir da existência de figueiras-bravas e outros dois casos relativos à capital paulista, a saber, a figueira-brava da chácara da Marquesa de Santos, na várzea do Carmo, atual Parque D. Pedro II, e a figueira conhecida como Árvore das Lágrimas, ainda existente no Ipiranga.

**PALAVRAS-CHAVE:** São Paulo. Urbanização. Patrimônio arbóreo. Figueiras. Várzea do Carmo. Ipiranga.

1. A autora agradece a Instituto Moreira Salles, Biblioteca Mário de Andrade, Museu da Cidade de São Paulo, Museu Paulista e Kupferstichkabinett der Akademie der bildenden Künste Wien pela cessão gratuita de algumas das imagens utilizadas no artigo.

2. Doutora em Ciências, com concentração em Planejamento Urbano e Regional e Mestre em Arquitetura e Urbanismo, com concentração em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo (FAU-USP). Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: <roseli@mackenzie.br>.

3. *Ficus insipida* Willd. Espécie com extensa distribuição geográfica, da América Central à Argentina, e crescendo em várias unidades de conservação; faltam sobre suas variedades estudos mais completos, tanto de bioecologia quanto de taxonomia (Carauta, 1987, p. 174).

4. Pelissari; Romaniuc Neto (2013).

5. “Frei José Mariana da Conceição Vellozo (1741-1811) deu a essa espécie o epíteto glabra como alusão à epiderme da lâmina foliar” (Carauta, 1987, p. 79). Carauta observou ocorrência de exemplares no Rio de Janeiro e, em São Paulo, no Bosque dos Jequitibás, em Campinas.

6. Carauta (1987, p. 79).

7. Para mais informações sobre os *Ficus* no Brasil, consultar Carauta (1987, p. 174); Carauta; Diaz (2002); Pio Correa (1926-1975); Leonel; Sampaio (2011).

8. Carauta (1987, p. 12).

ABSTRACT: This article discusses the role of the so-called “figueiras-bravas” [wild fig trees], which are native species in tropical and subtropical forests, that were usually seeded or spontaneously grew all over the territory. Under their huge canopies, these trees provided spaces of sociability for many urban sites in the 19th Century in Brazil, a phenomenon that dates back to the Colonial era. They were also remarkable landmarks, which often influenced the shape of many Brazilian urban spaces. This article focuses on three cases from the state of São Paulo: first, the case of the city of Lorena, located in the region known as Vale do Paraíba, is presented to understand the contribution of these trees in the construction of its urban memory. In that city, at least four relevant public areas formed from sites where a fig tree existed were identified. Then, two cases of the city of São Paulo will be discussed: the wild fig tree that once existed in Marquesa de Santos’ estate farm, located in the D. Pedro II park, formerly known as Várzea do Carmo, and the wild fig tree known as “Árvore das Lágrimas” [tear tree], which still exists at the Ipiranga neighborhood.

KEYWORDS: São Paulo. Urbanization. Landscape heritage. Fig trees. Várzea do Carmo. Ipiranga.

Figueira-brava, figueira-branca,<sup>3</sup> mata-pau ou gameleira são alguns dos nomes genéricos atribuídos a várias espécies de árvores do gênero *Ficus*, maior gênero da família *Moraceae*, contando com perto de 800 espécies que se caracterizam pelo seu grande porte e robustez. Distribuídas pelas regiões tropical e subtropical, raramente ocorrendo em regiões temperadas, pelo menos 100 dessas espécies localizam-se na região neotropical. No Brasil, registram-se hoje dois subgêneros, *Pharmacosycea* (Miq.) Miq. e *Urostigma* (Gasp.) Miq., que, juntos, abrigam 76 espécies nativas.<sup>4</sup> Em estudo empreendido próximo a Lorena, na região da Mantiqueira, Pelissari e Romaniuc Neto encontraram 25 espécies, das quais oito exóticas e 17 nativas. Embora as figueiras de que trata o presente texto possam ser, em sua maioria, *Ficus glabra* (Vellozo),<sup>5</sup> espécie que, conforme Carauta, “outrora deve ter sido abundante” no Vale do Rio Paraíba do Sul, onde “podem ser vistos ainda hoje alguns exemplares centenários, testemunhas da rica floresta do passado”,<sup>6</sup> preferiu-se considerá-las indistintamente como figueiras-bravas<sup>7</sup> (Figura 1). O próprio autor afirma que “embora a taxonomia dos *ficus* tenha experimentado grande progresso, os nomes vulgares das espécies nativas auxiliam pouco o taxonomista, existindo algumas com muitas denominações na mesma localidade e outras simplesmente chamadas de figueiras ou *ficus*”.<sup>8</sup>

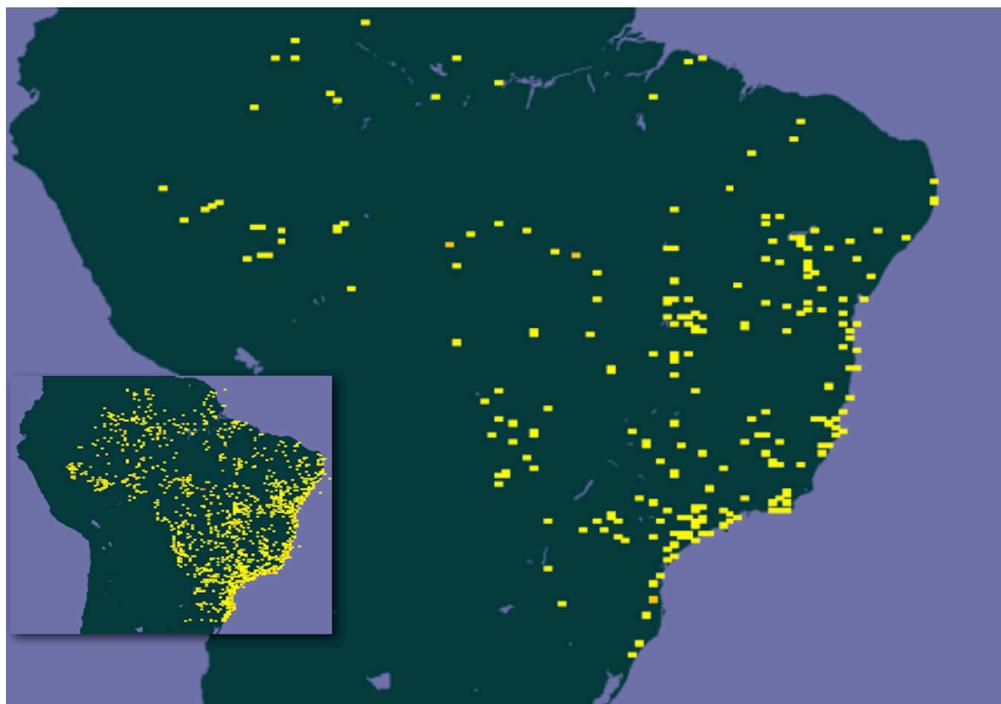


Figura 1 – Distribuição de indivíduos das espécies *Ficus glabra* Vell., *Ficus insipida* (Willd.) e *Ficus gomelleira* (Kunth & Bouché) no território brasileiro. No detalhe, distribuição de indivíduos do gênero *Ficus* Linnaeus 1758, no mesmo território. Fonte: GBIF.<sup>9</sup>

9. Global Biodiversity Information Facility. Disponível em: <www.gbif.org>. Acesso em: 20 abr. 2017.

10. Lorenzi (1992, p. 249).

11. Braga (2003).

12. Leonel; Sampaio (2011).

13. Lehner; Lehner apud Leonel; Sampaio (2011).

Essas árvores, que são “frondosas e proporcionam ótima sombra” têm, em geral, entre dez e vinte metros de altura e “tronco que pode chegar a 1,80 m de diâmetro”.<sup>10</sup> Não é raro, entretanto, encontrar indivíduos que ultrapassam essas dimensões. Uma boa e poética descrição desse gênero nos é oferecida por Rubem Braga, na crônica “Os *ficus* do Senhor”:

Eis uma árvore. Se a deixais crescer, ela cresce. Não vos pede ajuda – quer apenas a terra, a água, o ar – e vai crescendo. E o tronco se projeta alto e grosso da base de um encordamento enérgico de raízes encravadas no chão, e os galhos partem oblíquos, e vão lançando ramos, e eis uma árvore nobre entre as mais nobres, grande, bela e poderosa.<sup>11</sup>

Dada a abundância de sua ocorrência no Oriente Médio, a figueira é das plantas mais citadas na Bíblia, bem como nos textos sagrados hebreus. Assim, conhecido do homem desde a Antiguidade, o gênero *Ficus* esteve sempre associado à alimentação e ao uso medicinal.<sup>12</sup>

O caráter simbólico também compõe o panorama de significados dado a essa planta, podendo-se listar entre eles o de paz e abundância, comum entre os hebreus, o de árvore do paraíso, comum no mundo árabe, sabedoria e integridade, e árvore de Júpiter, entre os astrólogos.<sup>13</sup>

14. Carauta (1987, p. 3).

15. Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) chegou ao Rio de Janeiro no dia 15 de julho de 1817, junto com outros naturalistas e cientistas que acompanhavam a arquiduquesa Leopoldina como parte da Missão Austríaca, que percorreu cerca de 10.000 km durante três anos, entre 1817 e 1820 (von Martius; Eichler; Urban, 2005).

16. Leonel; Sampaio (2011).

17. Carauta (1987, p. 7).

18. Auguste François Marie Glaziou nasceu em Lannion, Bretanha, em 30 de agosto de 1833, e faleceu em Bordeaux, em 1906. Contratado por D. Pedro II, chega ao Rio de Janeiro em 1863, onde desenvolve sua carreira como paisagista, retornando à França somente no final da vida. É o introdutor, no Brasil, do jardim à inglesa (*jardin anglais*), de cunho pitoresco. Para mais informações sobre sua importância para o paisagismo brasileiro, cf. D'Elboux (2006); Terra (2000); Dourado (2011).

19. Carauta (1987, p. 7).

A primeira descrição de uma figueira no Brasil data de 1648, e ainda no século XVII foram descritas algumas espécies brasileiras, dentre elas as constantes na *Flora fluminensis*, de Vellozo, embora essa obra só tenha sido publicada no início do século XIX, em 1827.<sup>14</sup> Martius<sup>15</sup> teria observado, no século XIX, que os brasileiros lançavam mão das propriedades medicinais das figueiras, tanto nativas quanto exóticas.<sup>16</sup> Por outro lado, Carauta observa que as raízes aéreas dos ficus eram aproveitadas para a confecção de cordoalha.<sup>17</sup>

O “caule escultural”, o porte e o aspecto das figueiras “as tornam indispensáveis em parques ou jardins de grandes dimensões”. Glaziou<sup>18</sup> foi o responsável por introduzir figueiras exóticas – diversas espécies africanas e asiáticas – na arborização urbana do Rio de Janeiro em meados do século XIX. Burle Marx e Mello Filho preferiram, um século depois, valorizar as “espécies nativas de *Ficus* que jamais haviam sido usadas antes”.<sup>19</sup>

Assim, pelas suas características físicas e principalmente pelo seu porte quando adultas, também no Brasil as figueiras transformaram-se em marcos paisagísticos. Bem antes de Martius, nos registros do Brasil holandês feitos por Frans Post (1612-1680) e que ilustram o livro de Barléus (1647), essa característica é evidenciada (Figuras 2 e 3).



Figura 2 – Frans Post. *Obsidio et expugnatio Portus Calvi*, 1647, gravura em metal aquarelada. Reprodução: ilustração do livro de Barleus (1647).



20. Carauta (1987, p. 6).

21. Antunes (2007, p. 114).

Figura 3 – Frans Post. *Ostium fluminis Parahybæ*, 1647, gravura em metal aquarelada. Reprodução: ilustração do livro de Barleus (1647).

Em *Obsidio et expugnatio Portus Calvi* (Bloqueio e cerco a Porto Calvo), observa-se à esquerda um grupo de pessoas descansando sob uma frondosa árvore que, ao que tudo indica – seu porte, o raizame que “é tão extenso que chega a formar um notável emaranhado capaz de fixar o solo e impedir a erosão”,<sup>20</sup> as características do tronco e da folhagem densa – seria uma figueira-brava. Quando se observa outra imagem produzida por Post, *Ostium fluminis Parahybæ* (Foz do rio Parahyba), embora se perceba que a estrutura da composição pictórica é a mesma, com a fortificação ao fundo, grupos de pessoas em primeiro e segundo plano e massas vegetais fechando a “boca de cena” à esquerda, nota-se que, ao contrário da primeira imagem, na qual um grupo de pessoas busca abrigo sob a sombra da figueira, as bananeiras presentes nessa segunda imagem não se prestam a isso, e as pessoas parecem estar em espera, mas sob o sol, à margem da estrada.

De fato, como Antunes aponta,

Nenhum elemento serviu tão bem ao intento de referencializador do que as *figueiras*. E não é difícil encontrar explicação para tal fato: árvores de grande porte e, sobretudo, de frondosa copa de galhos grossos, que permitem até um grande grupo se abrigar do sol, não raro usados como banco e para amarrar animais, as figueiras se apresentavam como um bom local de descanso para viajantes. Além disso, duram por longo tempo, intensificando seu caráter referencializador.<sup>21</sup>

22. Auguste François Cesar Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853) chegou ao Rio de Janeiro em junho de 1816, integrando a Missão Artística Francesa. Durante seis anos, percorreu os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do rio da Plata e a província de Misiones, na Argentina, e parte leste do Paraguai, retornando à Europa em setembro de 1822 (Pignal et al., 2013).

23. Carauta avalia que talvez o *Ficus gomelleira* referido por Hilaire seja o *Ficus doliaria* descrito por von Martius, Eichler e Urban (2005).

24. Saint-Hilaire (1830, p. 158). Tradução livre da autora. No original: "*De distance à outre, on a planté sur le bord de la route quelques-uns de ces figuiers sauvages connus dans le pays sous le nom de gamelleiros. Ces arbres viennent de boutures; une simple branche, enfoncée dans la terre sans aucun soin, végète avec promptitude, et donne bientôt un assez bel ombrage. On ne saurait sans doute tirer un grand parti pour les arts du bois très-tendre de ces mêmes arbres; cependant la rapidité de leur croissance, le peu de travail qu'exige leur plantation, l'utilité de l'ombrage dans un pays aussi chaud, le besoin de bois de chauffage qui, dans bien des endroits, se fait déjà sentir, sont autant de motifs qui devraient engager l'administration à faire planter des gamelleiros sur le bord des chemins dans les parties découvertes de la province*".

25. Antunes (2007, p. 77).

26. Esta observação deu-se durante levantamento fotográfico em Lorena (SP), realizado como parte da dissertação de mestrado *Manifestações neoclássicas no Vale do Paraíba: Lorena e as palmeiras-imperiais* (D'Elboux, 2008).

Assim, é lícito afirmar que as figueiras-bravas, com seu porte avantajado e sombra abundante, tornaram-se marcos importantes também para os pequenos povoados e vilas brasileiras, que ao longo do tempo foram se expandindo e consolidando sua trama urbana. Saint-Hilaire,<sup>22</sup> ao visitar Minas Gerais, descreveu o costume de se plantar "algumas dessas figueiras selvagens conhecidas no país pelo nome de gameleiras"<sup>23</sup> ao longo dos caminhos, "de distância em distância", citando a "utilidade da sombra em um país tão quente", costume do qual "a administração não deveria desdenhar".<sup>24</sup>

Essas árvores foram incorporadas à vida e aos hábitos cotidianos daquelas sociedades, adquirindo significados tanto simbólicos, ligados à memória urbana, quanto físicos, no que tange à definição do desenho de alguns logradouros. As figueiras-bravas são, portanto, testemunhos do crescimento de várias cidades brasileiras.

"Pode-se chegar ao período de formação de povoados pela toponímia", e este texto procura resgatar sua importância em relação a um tipo específico de espaço público, que embora configurado de maneira informal, possibilitava grande interação social, pois é "o reconhecimento e utilização [de determinada espécie], enfim, sua valorização pela comunidade, que leva à "fixação do topônimo como designativo" de um lugar.<sup>25</sup>

## AS FIGUEIRAS, MARCOS DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DE UMA VILA

Em Lorena, no Vale do Paraíba paulista, existiu um interessante grupo paisagístico composto por quatro figueiras-bravas (*Ficus sp.*), que tinham localização notável, pois deram origem a largos que outrora se apresentavam como as saídas da cidade, em várias direções.<sup>26</sup> Supõe-se que antes desses largos, as figueiras cumpriam justamente o papel de indicar os limites daquele núcleo urbano.

No imaginário da população da cidade, em particular dos habitantes mais velhos, tais figueiras tinham adquirido significado especial, conformando-se em marcos paisagísticos e referências urbanas. Não raro essas árvores corporificavam-se nos diálogos do cotidiano lorenense: alguém que morava "para os lados da figueira" ou outro que narrava uma ocorrência entre vizinhos "pertinho da figueira do Matadouro", em referência a determinado bairro. Outros, ainda, referiam-se a um inesquecível e terrível "acidente na [rodovia Presidente] Dutra, perto da figueira".<sup>27</sup>

Encontrou-se material iconográfico – fotografias antigas, pinturas a óleo – que retratam os largos e suas figueiras. Na verdade, examinando tal material, pode-se afirmar que as protagonistas de tais registros são as próprias árvores que,

infelizmente, ao longo do século XX, foram desaparecendo, em geral sendo cortadas em nome da higiene pública ou do crescimento urbano e do espaço que a circulação de automóveis requeria.

As figueiras-bravas de Lorena estavam ligadas aos acessos à cidade, e todas elas deram origem a ruas ou largos. Confrontando as imagens e os relatos a respeito dos exemplares lorenenses, foi possível recuperar sua localização no tecido urbano atual e em relação ao núcleo original da cidade, onde se situa a Igreja Matriz (a); ao principal espaço público lorenense, a praça Dr. Arnolfo de Azevedo (b); e ao ponto onde se dava o cruzamento entre o antigo caminho para Cunha e a rodovia Presidente Dutra (c). (Figura 4).

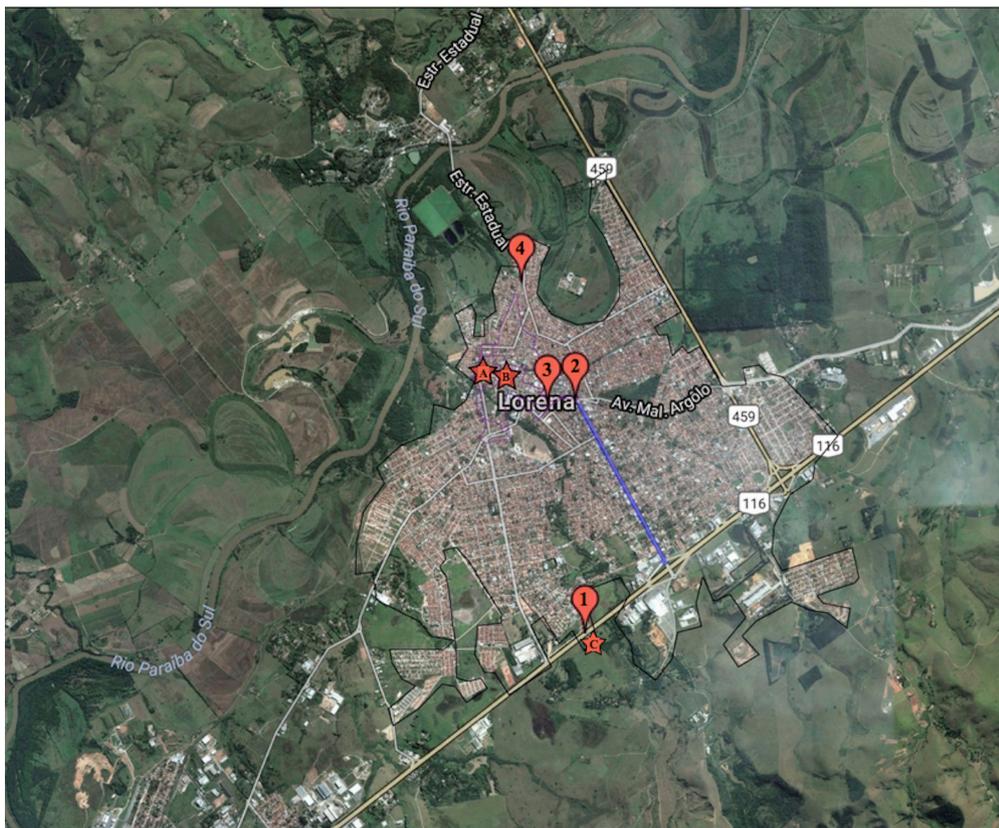


Figura 4 – Localização das figueiras centenárias. Fonte: Evangelista (1998) sobre imagem do Google Earth (2007).

Isto feito, procurou-se compor um mapa relativo ao crescimento da área urbanizada de Lorena, de modo a comprovar a relação entre as figueiras e os acessos à cidade. Somente foi possível localizar alguns registros urbanos a partir do início do século XIX, principalmente através das pesquisas de Evangelista<sup>28</sup> e de Reis Filho.<sup>29</sup> O registro mais antigo que se encontrou do núcleo urbano de

27. Entrevistas realizadas em 2004, com moradores das vizinhanças das figueiras, alguns deles habitantes dos bairros mais antigos de Lorena. Agradecemos a contribuição do professor José Geraldo Evangelista.

28. Evangelista (1978).

29. Reis Filho (2000).

Lorena, então vila, é o desenho realizado por Arnaud Julien Pallière, que lá esteve quando passou pelo Vale do Paraíba, em 1821 (Figura 5). Nesse desenho, não há marcação de quaisquer árvores significativas. Ou, pelo menos, não era preocupação do autor o registro de espécies vegetais significativas.

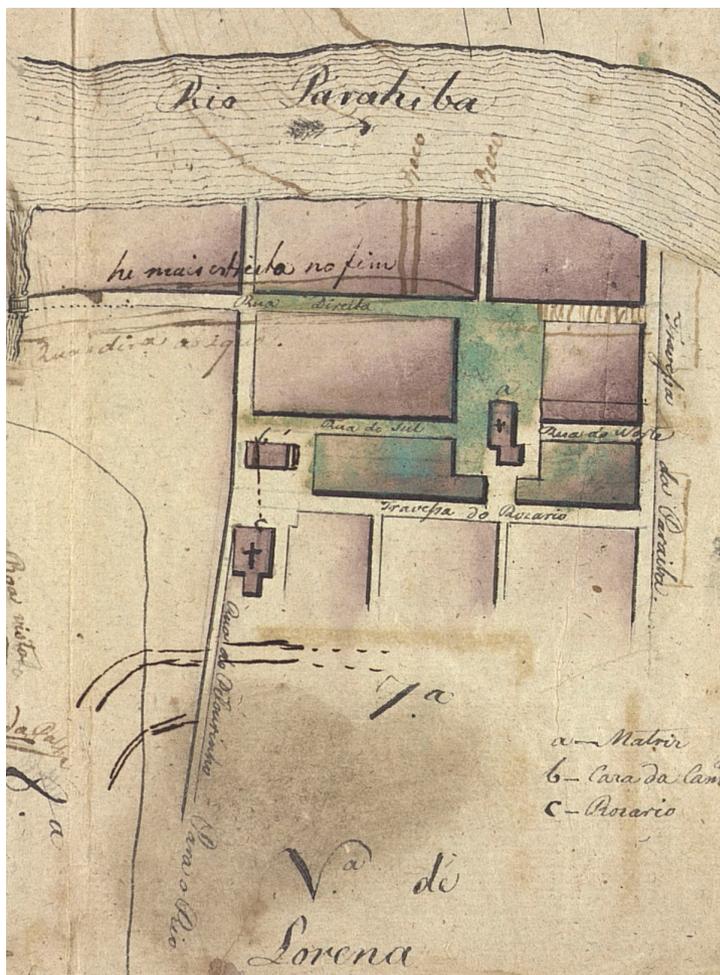


Figura 5 – Arnaud Julien Pallière. Va de Lorena, 1821, aquarela. Fonte: IEB-USP, Coleção Yan de Almeida Prado, YAP-032-002.

Sobre o tecido urbano atual aplicou-se o perímetro urbano da vila no início do século XIX, tomando-se como referência a imagem produzida por Pallière em 1821, que provavelmente não deveria ser muito diferente da extensão do núcleo urbano quando de sua elevação a vila, três décadas antes, em 1788. Em seguida, foram aplicados os perímetros resultantes dos mapas organizados por José Geraldo Evangelista<sup>30</sup> a partir de dados censitários da Câmara Municipal de Lorena, relativos à situação da vila em 1850 e no fim do século XIX, quando foram produzidos os primeiros registros fotográficos dessas árvores, e assim pôde-se verificar que de fato as figueiras distribuíam-se de maneira a demarcar as entradas da cidade (Figura 6).

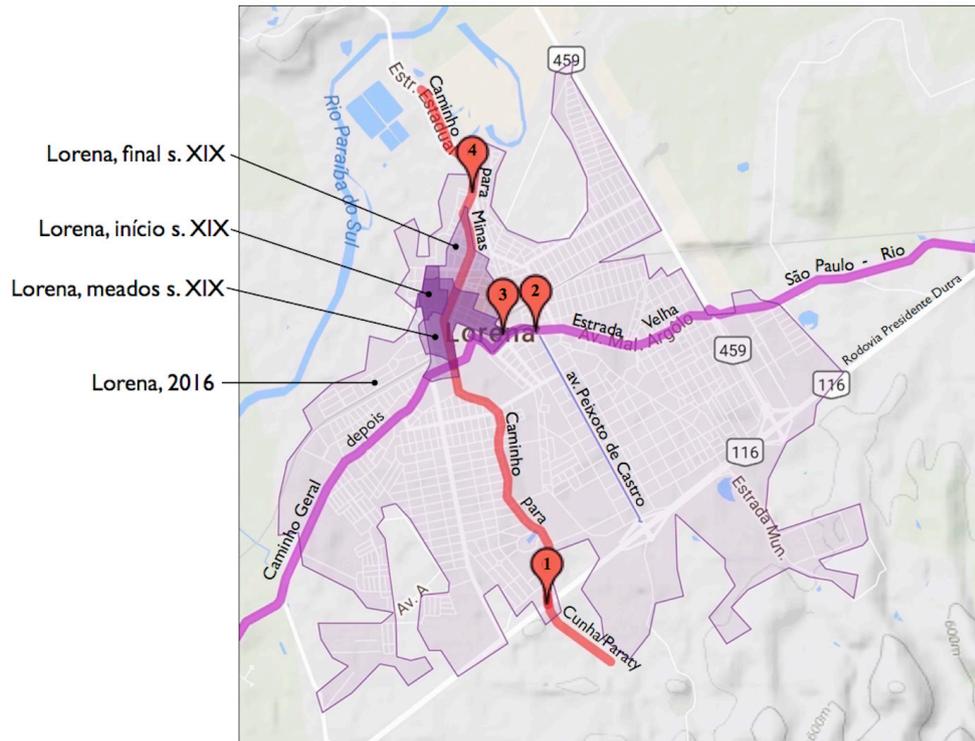


Figura 6 – Localização das figueiras-bravas e da avenida Peixoto de Castro em relação ao crescimento da mancha urbana de Lorena. Fonte: Evangelista (1998) sobre imagem do Google Maps (2016).

Não foi possível, entretanto, verificar se foram plantadas com essa finalidade ou, ao contrário, se a presença das figueiras acabou por conformar ou condicionar o desenho urbano. No entanto, confrontando sua localização com a evolução da mancha urbana e a posição desta em relação aos caminhos coloniais, pode-se supor que elas já estivessem desenvolvidas mesmo no início do século XIX, e que a cidade, ao crescer, alcançou-as, resultando na definição dos largos pela acomodação do tecido urbano à sua presença. Mas, reitera-se, esta é somente uma hipótese, sendo necessárias maiores e mais profundas investigações para confirmá-la.

Figueiras-bravas, pela grande área sombreada resultante da imensa copa formada por sua folhagem densa, eram frequentemente pontos de parada de tropas. Pode ser que estas figueiras, em Lorena, marcassem paradas de tropas ao redor da cidade, principalmente depois que foi proibida, na segunda metade do século XIX, a permanência de muars no largo Imperial e no largo da Matriz, hoje praça Arnolfo de Azevedo e Baronesa de Santa Eulália, respectivamente.<sup>31</sup> Estabeleceram-se, assim, espaços de troca e sociabilidade informais, porém intensamente utilizados. Três dessas figueiras localizavam-se nos acessos principais da vila, sinalizando as saídas para o Rio de Janeiro, Parati e Minas Gerais, enquanto a quarta localizava-se dentro da povoação (Figura 6).

32. Rodrigues (2001, p. 37).

33. Augusto Emílio Zaluar nasceu em Lisboa, em 1826, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1882. Chegou ao Brasil em 1849, em busca de maior estabilidade social e financeira. Tornou-se jornalista, poeta, professor, tradutor, escritor e viajante. Na viagem que deu origem à obra em referência, realizada em 1860, o autor percorreu o sul fluminense e o Vale do Paraíba paulista, chegando a São Paulo e, finalmente, a Campinas. Cf. Dias (2006).

34. Não se conseguiu acessar o texto do citado diário. Informação consta em Rodrigues (1956).

35. Rodrigues (1956).

36. Rodrigues (1956, p. 43).

A primeira dessas figueiras, que ficava na saída para Cunha e Parati, à montante do ribeirão Taboão, foi cortada para a implantação da rodovia Presidente Dutra, na década de 1950. O que sustenta a sua memória desde então é um posto de gasolina – cujo nome, autoposto Figueira, lhe presta homenagem – construído nas proximidades do local onde cresceu o exemplar (Figura 6 – marcador 1). Até hoje, os mais velhos lorenenses referem-se ao trecho da rodovia como “lá na figueira”. Embora não estivesse plantada num logradouro público propriamente, porquanto se encontrando fora dos limites da povoação, a árvore representava a direção do velho caminho para o litoral. Daquele ponto em diante, perdia-se de vista a vila e avançava-se para a Serra de Quebra-Cangalha, Cunha, e depois de vencida a Serra da Bocaina, chegava-se a Parati.

A segunda e terceira figueiras estavam próximas entre si e deram origem a dois largos, um ainda existente: o primeiro, na Estrada Geral, depois estrada Rio-São Paulo, originando a atual praça Gama Rodrigues (Figura 7), que é ainda hoje o principal acesso à cidade, resultante da abertura, na década de 1950, da avenida Dr. Peixoto de Castro, que estabeleceu a ligação dessa praça com a rodovia Presidente Dutra (Figura 6 – marcador 2). A árvore situada neste local foi cortada na década de 1970, por apresentar problemas fitossanitários que comprometiam sua estabilidade. Consta que havia, junto à figueira, um “dístico votivo, mandado colocar pela Prefeitura Municipal”, onde se lia “Figueira de Euclides da Cunha”.<sup>32</sup> É bem interessante observar, também, como sinal dos tempos, que no registro fotográfico da década de 1970, um homem descansa sob a sombra da figueira, acompanhado de sua bicicleta.

Esta seria a figueira sobre a qual referiram-se Zaluar<sup>33</sup> em 1860, a Princesa Isabel em 1884<sup>34</sup> e Euclides da Cunha em 1902. Além disso, conforme tradição oral, o então príncipe Dom Pedro, ao passar pela vila de Lorena a caminho de São Paulo, em 1822, teria descansado sob sua sombra e tecido elogios ao seu porte.<sup>35</sup>

O mais interessante relato, no entanto, refere-se a Euclides da Cunha, que residiu algum tempo na cidade e em certa ocasião enviou um postal a um amigo, datado de 1902, com uma foto da figueira, onde pode-se ler: “Essa figueira é minha sombra aqui em Lorena, não é admirável?” (Figura 8).<sup>36</sup> Esse postal faz parte do Álbum Postais da Cidade de São Paulo (1900-1940), série de imagens que o fotógrafo Guilherme Gaensly produziu no início do século XX, registrando vários aspectos da capital paulista e de algumas cidades do interior do estado, comercializadas como cartões-postais. A legenda da foto, “São Paulo – Figueira brava”, e o fato de constar daquele álbum podem levar a crer que essa árvore crescesse na capital paulista. No entanto, no exemplar do álbum pertencente ao acervo da Biblioteca Mário de Andrade, à direita da árvore vê-se, ao fundo, as duas torres da igreja de São Benedito, em Lorena (Figura 9). Ademais, o próprio Euclides da Cunha adicionou, à mão, no postal que enviava, o nome de Lorena ao lado da legenda original da imagem (Figura 8).



Figura 7 – Anônimo. Figueira na atual praça Dr. Gama Rodrigues, antiga saída para o Rio de Janeiro pela Estrada Geral. 1970. Fonte: Rodrigues (2001).

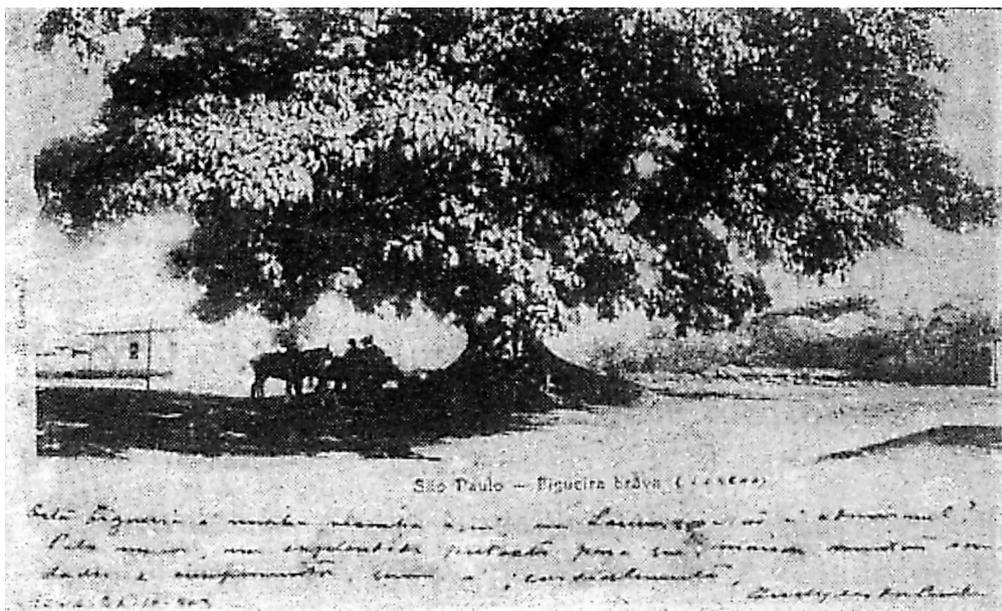


Figura 8 – São Paulo – Figueira-brava na saída para a Estrada Geral, em direção ao Rio de Janeiro, em postal enviado por Euclides da Cunha. c.1902. Fonte: Rodrigues (1956).



Figura 9 – Guilherme Gaensly. *São Paulo – Figueira-brava*. c. 1900. Fonte: Gaensly (1940).

Anos antes, em 1860, Zaluar havia se impressionado com o porte da figueira e mencionou-a em seu livro, o que reforça a ideia da árvore como marco de um ponto de trocas sociais entre os lorensenses:

Na entrada da cidade é digna de admirar-se uma majestosa figuera [sic], brava, virente e enramada, cuja sombra pode servir de abrigo a umas poucas de famílias. É este o ponto habitual dos passeios da tarde, e é pena não se ter dado a êste largo um aspecto mais aprazível, pois seria um excelente lugar de recreio.<sup>37</sup>

O aspecto pouco “aprazível” explica-se pelas características ainda muito coloniais desses largos. Ou seja, se os ares civilizatórios da Corte chegaram a Lorena com o café, como o próprio Zaluar menciona ao referir-se aos bons modos e elegantes edifícios que lá podiam se encontrar, a cidade ainda era muito marcada pelas práticas tropeiras, e esses largos eram espaços configurados a partir do uso tropeiro. A imagem produzida por Gaensly e utilizada no postal enviado por Euclides da Cunha a seu amigo mostra justamente alguns tropeiros descansando sob a sombra da figueira (Figura 8).

O segundo largo, na praça Major Rodrigues Luiz, antigo largo da Figueira (Figura 10), situava-se no encontro da rua da Estalagem com a rua Municipal, atuais ruas Dr. Rodrigues de Azevedo e Pedro Vicente de Azevedo, respectivamente (Figura 6 – marcador 3), e deu lugar, anos mais tarde, ao pátio do Grupo Escolar



Figura 10 – Figueira na praça Major Rodrigues Luiz. Fonte: Rodrigues (2001).

Conde Moreira Lima, operação que infelizmente levou ao corte da figueira que ali se encontrava.<sup>38</sup> Apesar de inserido no “tecido urbano” e de ser utilizado como ponto de encontro por muitos dos habitantes locais, o largo não tinha calçamento algum, transformando-se, na época das chuvas, “em um lamaçal”.<sup>39</sup>

Para além das observações de Evangelista a respeito das condições físicas e materiais do largo, o dado importante é sua referência ao uso do logradouro como ponto de encontro de muitos habitantes locais. Assim, a configuração pouco precisa do largo, posto que não estariam ainda definidos os limites entre o leito carroçável e uma eventual calçada, não era impedimento para a sociabilidade. Ainda segundo Evangelista, a figueira do largo teria sido plantada pelo padre Justino José de Lorena em meados desse mesmo século.<sup>40</sup> Portanto, provavelmente, essa é a mais nova das figueiras do grupo lorenense consideradas neste texto.

O terceiro largo estava localizado no atual bairro da Cabelinha (Figura 6 – marcador 4), junto ao portão do Matadouro (Figura 11), na saída para Piquete e Minas Gerais. Esta é a única figueira que ainda resiste ao tempo, apesar do matadouro não existir mais, conservando-se somente o largo, absorvido pelo atual sistema viário da cidade (Figuras 12 e 13). Ainda hoje, sua sombra propicia intensa sociabilidade, e a Prefeitura de Lorena instalou bancos e mesas para a população do bairro (Figura 13).

Pode-se considerar tais logradouros e suas respectivas figueiras-bravas como referências de caráter “interno” à cidade, isto é, de caráter mais íntimo, ligado ao cotidiano da vila. Esses espaços públicos não desempenhavam o papel de ambientes preparados para acolher visitantes, nos quais procurava-se demonstrar

38. Evangelista (1978).

39. Evangelista (1978, p. 130).

40. Evangelista (1978).



Figura 11 – Lorena – Matadouro Municipal. c. 1915. Cartão-postal colorizado. Fonte: Acervo da autora.



Figura 12 – A figueira-brava da Cabelinha, antigo bairro do Matadouro. c. 1970. Fonte: *Memórias de Lorena em fotos e palavras* (2003).

proximidade com os modelos burgueses dos centros irradiadores de cultura, como o Rio de Janeiro, ou, ainda, de pequenas reservas da natureza ou de representações dessa mesma natureza de modo civilizado.

Sob a sombra dessas figueiras-bravas brincaram crianças ao final da tarde e descansaram tropeiros e seus muars, o príncipe fatigado da viagem desde o Rio de Janeiro e o escritor Euclides da Cunha, que reconheceu nelas o papel que o largo Imperial – então praça da República, com seus jardins desenhados a pedir modos e



Figura 13 – Estado atual da figueira-brava da Cabelinha, antigo bairro do Matadouro. Fonte: Google Street View (2016).

civilidade – não podia cumprir: a função primordial de dar abrigo e refúgio. Sua sombra, ao acolher o viajante ou o transeunte, afastava o calor insuportável do mormaço vale-paraibano e propiciava o encontro com quem passava à volta.

Os espaços que abrigavam as figueiras eram, portanto, eminentemente populares, para uso geral e cotidiano da vila tropeira. Talvez por isso – ou seja, uma certa fragilidade da sua configuração devida à informalidade de sua origem, já que não houve desenho que os definissem previamente e, ao contrário, sendo espaços moldados à medida que o tecido urbano se expandia, em simultâneo ao descaso da municipalidade – tais logradouros e suas figueiras-bravas tenham cedido lugar a novas configurações espaciais a partir de meados do século XX, quando o Vale do Paraíba experimentou um surto industrial.

## DUAS FIGUEIRAS-BRAVAS NA CAPITAL PAULISTA E SUAS MEMÓRIAS

Muitas outras vilas e cidades da então província de São Paulo abrigavam figueiras-bravas que, sombreando logradouros em geral largos, propiciavam o encontro cotidiano de seus habitantes, bem como desempenhavam o papel de referências paisagísticas e urbanas. O exame do caso de Lorena procurou demonstrar a importância das figueiras-bravas tanto na configuração da trama urbana de vilas e cidades quanto na constituição de espaços de sociabilidade. Isto posto, pode-se

41. Glezer (2007, p. 97). Glezer observa que a área do rossio “foi confundida, pelos habitantes da vila e oficiais da Câmara, tanto com o termo como os bens do Concelho”. A autora aponta, como principal razão para tal confusão, o fato de a vila de São Paulo não possuir provisão régia, já que foi uma vila criada por transferência. A provisão foi dada, originalmente, a Santo André da Borda do Campo. Contava São Paulo, entretanto, com a provisão de uma sesmaria para bem do Concelho, datada de 1598, bem como de um “termo de seis legoas”, obtido no século XVII. Como decorrência, a autora aponta a “confusão e a dificuldade de definir os espaços físicos do termo e do rossio”, o que “atrapalha muito os especialistas na história de São Paulo” (Glezer, 2007, p. 106).

42. Glezer (2007, p. 102).

compreender a importância da Figueira da Marquesa e da Figueira das Lágrimas – também conhecidas como Figueira da Chácara do Ferrão e Árvore das Lágrimas – para a história da cidade de São Paulo. Localizadas na várzea do Carmo e no Ipiranga, essas árvores marcavam, respectivamente, os acessos Leste e Sul da capital da província. Como as figueiras de Lorena, ambas desempenhavam o papel de marcos de entrada e saída da cidade, sinalizando a transição entre os arrabaldes e a área em processo de urbanização (Figura 14), pois encontravam-se, ao fim do século XIX, no cinturão de chácaras no entorno da cidade que foi se transformando em virtude do contínuo desmembramento de suas propriedades, decorrente do intenso processo de urbanização da capital paulista durante o ciclo cafeeiro.

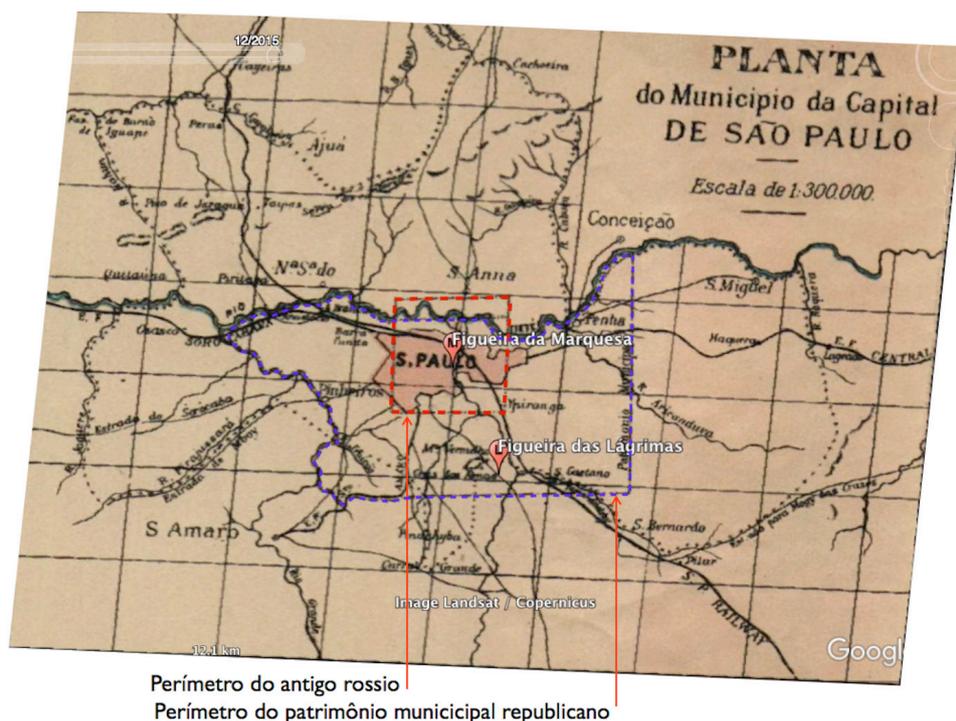


Figura 14 – Localização das figueiras-bravas da chácara da Marquesa e da Estrada das Lágrimas em relação à mancha urbana da cidade de São Paulo e ao rossio, abolido em 1891. Fonte: Planta geral da capital de São Paulo de 1897, retificada pela autora com base no Google Earth (2016).

Criado tardiamente – somente no século XVII – e abolido pela Lei Estadual n. 16, de 13 de novembro de 1891, o rossio paulistano, que tinha a forma de um quadrilátero de “mea Legoa de terra para cada lado”, desaparecia em definitivo.<sup>41</sup> Segundo Glezer, “até o final do século XIX, e mesmo no início do XX, a área urbana da cidade estava contida nos limites do rossio, isto é, entre os rios Tamanduateí, Tietê e Pinheiros, passando pelo córrego do Ipiranga”.<sup>42</sup>

Daquele ano em diante, o rossio foi substituído pelo patrimônio municipal republicano, um conjunto de terras “passíveis de serem alienadas pelo poder municipal, conforme os interesses imediatos do município, tornando-se a partir de então, nas mãos do adquirente, uma propriedade privada plena”.<sup>43</sup> Tal processo não passou despercebido por articulista d’*O Estado de S. Paulo* quando, em 1909, a Figueira das Lágrimas esteve sob perigo de ser cortada:

Num curto lapso de tempo o nosso progresso cresceu, espalhando-se beneficentemente com ramificações para todos os recantos da Paulicéa e a arvore das lagrimas na pujança do seu desenvolvimento secular, lá ficou assinalando a historia do nosso passado em um terreno que mais tarde passava à propriedade de um particular.<sup>44</sup>

Estavam ambas as figueiras-bravas, portanto, em áreas particulares, e se não originaram largos, como se viu para o caso vale-paraibano, batizaram as ruas ou caminhos lindeiros aos sítios em que se encontravam. Surgiram, assim, as atuais rua da Figueira, no Brás, e a Estrada das Lágrimas, no Ipiranga.

## A FIGUEIRA DA MARQUESA

A Figueira da Marquesa recebeu esse nome porque cresceu dentro dos limites da antiga chácara de D. Domitila de Castro e Canto Melo, a marquesa de Santos, também conhecida como “pouso do Ferrão”,<sup>45</sup> em referência ao antigo proprietário, José da Silva Ferrão, de quem a marquesa a adquiriu.<sup>46</sup> Assim como os viajantes europeus, tropas provenientes do Rio de Janeiro, vindas desde os lados da Penha, faziam uma última parada ali, à semelhança do que ocorreria ao sul da cidade, às margens do ribeirão do Lavapés, para “se comporem após a viagem e ingressarem na cidade”.<sup>47</sup> Havia outra razão, de caráter bastante prático, para que o “pouso do Ferrão” se estabelecesse ali:

O imposto sobre mercadorias ou animais comercializados no núcleo [da cidade de São Paulo] era cobrado na freguesia do Brás, defronte à chácara da Figueira. A existência de abrigo sobre a ponte estabelecida diante desta propriedade [...] é reflexo da longa permanência de representantes do governo inspecionando cargas de tropas [no local].<sup>48</sup>

Não raro, viajantes escolhiam esse ponto para o registro da chegada a São Paulo. Entre eles, pode-se citar Thomas Ender, em 1817, o já citado Julien Pallière, em 1821, Edmund Pink, em 1823, e Debret, Charles Landseer e William

43. Campos (2006, p. 39).

44. *A árvore...* (1909, p. 3).

45. Bruno (1954, p. 312).

46. Glezer (2007, p. 102).

47. Bruno (1954, p. 612).

48. Campos (2006).

49. Lago (1988).

50. Antunes (2007).

51. Campos Jr. (2009).

Burchell, em 1827.<sup>49</sup> Nem todos, entretanto, incluíram a Figueira da Marquesa nas imagens que produziram a partir daquele ponto.

Aparentemente, o mais antigo registro da chácara e de sua frondosa figueira-brava foi realizado por Thomas Ender em 1817, na aquarela intitulada *Karmeniter Kloster zu S. Paul* (Convento do Carmo em São Paulo) (Figura 15). Essa imagem é importante pois atesta que a figueira era de fato centenária quando foi cortada no início do século XX. Ender já a desenha como um exemplar adulto e de grande porte, o que pode ser comprovado pela comparação de seu volume com a casa-sede da chácara. Presume-se que casa e figueira fossem contemporâneas, datando provavelmente da primeira metade do século XVIII, pois a família de José da Silva Ferrão seria desde essa época proprietária da chácara, nesse tempo já conhecida como Chácara da Figueira.<sup>50</sup> É possível, portanto, pensar que, enquanto a casa começava a ser construída, já brotava, ao seu lado, a figueira. De fato, a casa já consta da *Planta da Cidade de São Paulo* de 1810, que teria sido “levantada em 1807, pelo engenheiro militar Rufino Felizardo e Costa”.<sup>51</sup>



Figura 15 – Thomas Ender. *Karmeniter Kloster zu S. Paul*, 1817, aquarela, 19,20 x 30,60 cm. No detalhe, a chácara da Marquesa ou do Ferrão. Fonte: Kupferstichkabinett der Akademie der bildenden Künste Wien.

Os melhores registros da figueira, contudo, foram produzidos por William Burchell, em 1827: *Taken from the road to Rio* (Vista tomada do caminho para o Rio) – sem dúvida, o mais fidedigno registro daquela figueira-brava antes do desenvolvimento da fotografia (Figura 16, alto) –, *São Paulo from the road to Rio* (São Paulo vista do caminho do Rio) (Figura 16, embaixo) e *An ecclesiastical building* (Edifício religioso) (Figura 17). Esta imagem foi produzida praticamente do mesmo ponto de vista daquela produzida por Ender, dez anos antes, mostrada na Figura 15.

A precisão de Burchell em seus registros pode ser confirmada anos depois, quando, em 1862, Militão Augusto de Azevedo produz sua primeira série de fotografias da cidade. Em particular, a imagem *Ladeira do Carmo* confirma o registro de Burchell (Figura 18). Ao fundo, depois do aterrado do Carmo, à esquerda, observam-se a sede da chácara da Marquesa e o imenso volume da figueira.

Nessa mesma época, outro registro, de autor desconhecido, tomado a partir do antigo Hospício dos Alienados, ilustra melhor o porte da figueira em relação à casa-sede da chácara, demonstrando que os viajantes não exageravam (Figura 19).

A Figueira da Marquesa era um exemplar tão notável que chegou a ser registrada no *Mapa da capital da província de S. Paulo* produzido por Jules Martin em 1877 (Figura 20):

A intenção do engenheiro Fernando de Albuquerque e do litógrafo Jules Martin com a criação desta planta era certamente orientar as pessoas do Interior que vinham tratar de negócios em São Paulo e os estrangeiros que chegavam para trabalhar na Capital. Afinal, o presidente da Província João Teodoro Xavier (1872-1875) iniciara durante seu governo uma campanha de embelezamento da cidade, pensando especialmente nos fazendeiros de café que com regularidade vinham a São Paulo ou até mesmo se mudavam para cá.<sup>52</sup>

Concebido, portanto, como uma espécie de carta turística da cidade, já que vinham gravados todos os seus pontos importantes e pitorescos, era natural que constasse, entre eles, a Figueira da Marquesa, indicada como “Figueira do Braz”, desmesuradamente maior do que a sede da chácara, talvez denotando a importância daquela árvore na paisagem paulistana. Corrobora tal importância o fato de que duas edificações que o mapa indica como “fora da Cidade”, o Palácio Episcopal e a Igreja do Braz, são referenciadas a partir da figueira (Figura 20 – detalhe).

Em 1880,<sup>53</sup> Militão de Azevedo voltou a fotografar a chácara da Marquesa e sua figueira (Figura 21). Porém, o autor, arguto observador das profundas transformações da cidade, parece querer eternizar seus últimos momentos como principal referência na várzea do Carmo, pois outro elemento de igual potência de significados foi também registrado: a chaminé do complexo do Gasômetro, em instalação.

52. Campos Jr. (2009).

53. A data difere conforme as fontes. Em Fernandes Jr. et al. (2012) consta como 1880, mas a mesma imagem está presente em Azevedo (1887). Adotou-se a data constante na primeira obra.



Figura 16 – William John Burchell. No alto, *Taken from the road to Rio*, aquarela sobre papel, 15,50 x 49,50 cm. Embaixo, *São Paulo from the Road to Rio*, 1827, aquarela sobre papel, 15 x 49,50 cm. Fonte: William John Burchell, Highcliffe Album, Acervo Instituto Moreira Salles.

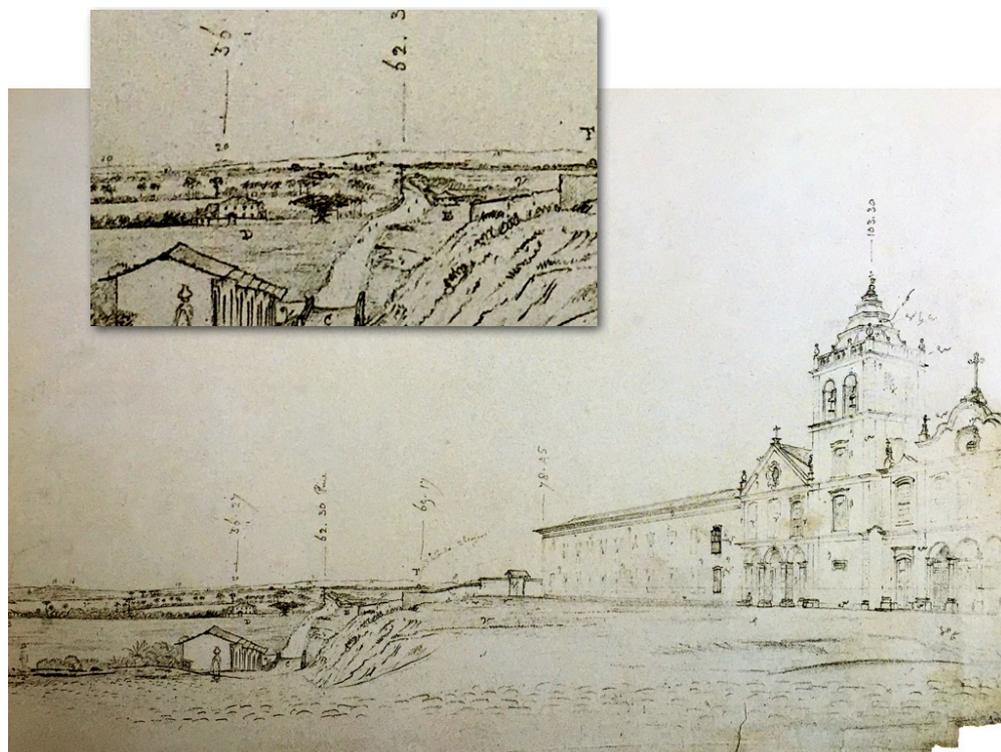


Figura 17 – William John Burchell. *An ecclesiastical building*, 1827, lápis. No detalhe, a chácara da Marquesa, com sua figueira-brava. Fonte: Lago (1998).



Figura 18 – Militão Augusto de Azevedo. *Ladeira do Carmo*, 1862. Fonte: Azevedo (1887).



Figura 19 – Autor desconhecido. Fotografia tomada de ponto próximo do antigo Hospício dos Alienados em direção à Chácara do Ferrão, por volta de 1860. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

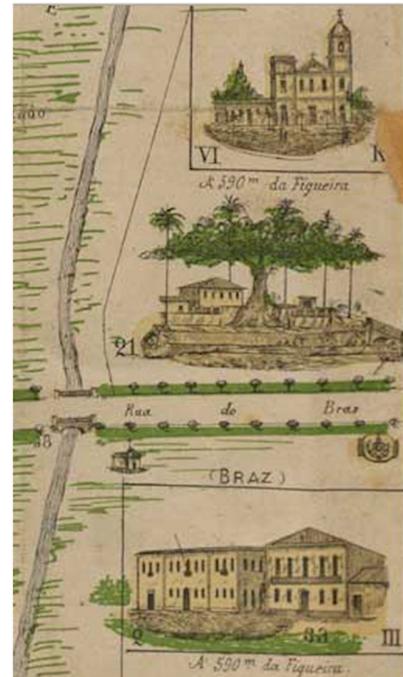


Figura 20 – Fernando de Albuquerque e Jules Martin. *Mapa da capital da província de S. Paulo*. Julho de 1877. Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Figura 21 – Militão Augusto de Azevedo. *Bairro Aterrado e Rua do Brás*, 1887. Negativo de vidro. À esquerda, a chaminé do complexo do Gasômetro. Fonte: Azevedo (1887).

Outra foto da várzea, do mesmo autor, datada de 1887 (Figura 22), mostra que a chácara e sua figueira estavam encravadas entre os edifícios fabris do complexo do Gasômetro: à esquerda as chaminés já registradas em 1880 e, à direita, o balão de gás, enorme estrutura em metal, necessário para efetivar a distribuição do gás pela cidade (Figura 22 – detalhe). Observe-se que as águas alcançam o balão do gasômetro, talvez porque tenha sido implantado entre o rio e a rua Santa Cruz da Figueira, local onde corria um braço do rio, como afirmado anteriormente.

A várzea, constantemente inundada, era um problema que as autoridades municipais e estaduais se esforçavam para resolver, pois o crescimento industrial concentrava-se nos bairros além Tamanduateí. Essa problemática passou a ser tema para pintores e fotógrafos, como mostram as imagens produzidas por Militão de Azevedo e a belíssima tela de Benedito Calixto, *Inundação da Várzea do Carmo*, de 1892 (Figura 23), que pode ter sido o último registro da chácara e de sua sede (Figura 23 – detalhe).

De fato, segundo Bruno,<sup>54</sup> a chácara da Marquesa, do Ferrão ou da Figueira, como também era conhecida, foi uma das últimas chácaras remanescentes do período colonial com presença marcante no início da República:

Até 1893 existiu ainda a [chácara] da Figueira, [...] resistindo ainda até os primeiros anos do século atual [XX] – tendo sido derrubada aproximadamente em 1905 – a figueira mais do que secular e gigantesca nascida em suas terras e que estendia seus galhos pela rua a que deu o nome.<sup>55</sup>

54. Bruno (1954).

55. Pagano (1950) apud Bruno (1954, p. 1031).



Figura 22 – Militão Augusto de Azevedo. Fotografia tomada dos fundos do Palácio do Governo, em direção a Várzea do Carmo, 1887. Negativo de vidro. No detalhe, a chácara da Marquesa e sua figueira-brava. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.



Figura 23 – Benedito Calixto. *Inundação da Várzea do Carmo*, 1892, óleo sobre tela, 125 x 400 cm. No detalhe, a chácara da Marquesa com sua figueira-brava e o balão de gás nº 1, do complexo do Gasômetro. Fonte: Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Desde o último quartel do século XIX, a várzea do Carmo era alvo de ações do poder público que tentavam transformar toda a vasta área em um grande parque, implementando programas de drenagem dos meandros do rio, facilitando a sua transposição, de modo que a distância entre a área central da cidade – a colina histórica – e o setor Leste, que se industrializava e adensava em virtude da crescente população operária, deveria se reduzir consideravelmente. Também a várzea foi escolhida para abrigar o complexo do Gasômetro que, como se viu acima, foi implantado ao lado da chácara da Marquesa e de sua figueira. As várias intervenções na área na virada do século sem dúvida pressionaram para que a chácara cedesse lugar a instalações outras, ligadas à nova dinâmica econômica da cidade, acompanhando a transformação de outras áreas de uso similar.

Assim, na entrada do século XX, a centenária figueira-brava que existia na propriedade da marquesa de Santos desapareceu, mesmo sob protestos, cedendo às pressões por melhorias na várzea do Carmo, de modo que foi perdido definitivamente mais um testemunho da vida da São Paulo colonial.<sup>56</sup> A ampliação da rede de infraestrutura demandada pelo acelerado processo de industrialização e urbanização levou ao seu desaparecimento. Uma fotografia de 1895, quando era ampliado o gasômetro, é provavelmente o último registro fotográfico da enorme figueira-brava (Figura 24).

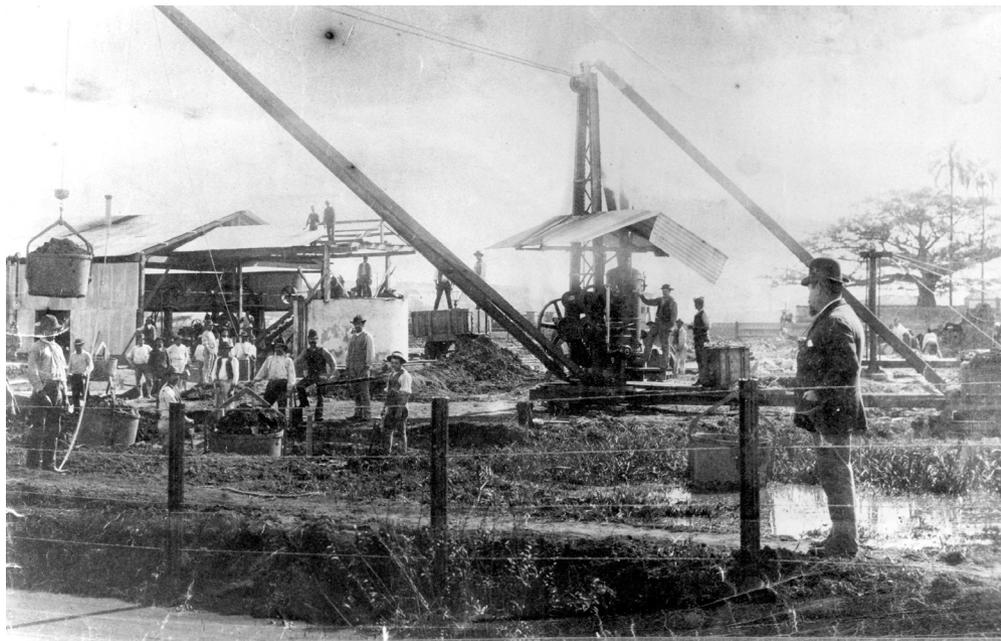


Figura 24 – Construção do tanque de água do balão de gás n. 1, na rua da Figueira, Brás. 1895. Fonte: Acervo Fundação Energia e Saneamento.

Restou somente a rua que surgiu ao lado da chácara, que recebeu seu nome, oficializado em 1884,<sup>57</sup> devido à imensa figueira-brava. A representação assinalada à lápis na *Planta da Cidade de São Paulo de 1868*, atribuída a Carlos Frederico Rath,<sup>58</sup> parece ser o seu primeiro esboço (Figura 25). De fato, segundo Antunes,

A fitonímia apresenta-se com frequência entre os elementos utilizados na descrição dos ambientes e, constantemente, como referencial em processos de toponimização. Pela cristalização de tais referenciais, é possível verificar quais eram as antigas coberturas vegetais”, bem como recuperar “registros de língua e de fatos do passado”.<sup>59</sup>

Ao final do século XIX, em frente à chácara da Marquesa, no caminho para o Brás, foi erigida uma pequena capela que passou a ser conhecida como capela da Figueira, como se observa no registro fotográfico de Guilherme Gaensly de 1911 (Figura 26). Segundo consta nos Anais da Câmara Municipal de São Paulo,

A Comissão de Obras Publicas, no requerimento de José de Souza Ribeiro em que pede permissão para edificar [sic] uma Capella à Santa Crús, na Freguezia do Braz, logo adiante da ponte do Ferrão a beira da estrada, é de parecer que se defira o requerimento do Supplicante, marcando-se na paragem designada um espaço de terreno para a edificação da Capella que alli se propoem levantar o Supplicante e outros; mas de modo que dê a frente do edificio para o lado da rua, e o fundo para o lado do caminho de Santos. Sam Paulo 19 de Outubro de 1876 – Indalecio R. F. de Aguiar – Bento Alves de Siqueiro Bueno – Aprovado.<sup>60</sup>

57. Cf. Antunes (2007).

58. Cf. Campos Jr. (2009).

59. Antunes (2007, p. 113).

60. São Paulo (1946, p. 98).

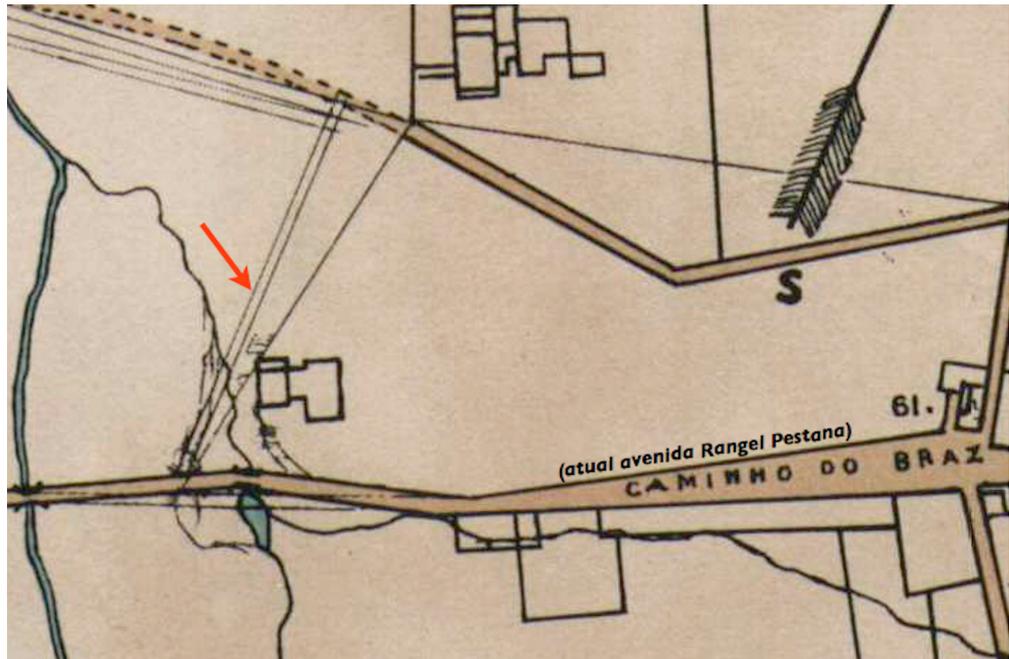


Figura 25 – Detalhe da *Planta da Cidade de São Paulo*. 1868. Fonte: Coleção de Mapas do IV Centenário (acervo da autora).



Figura 26 – Localização da capela da Figueira. Fonte: Acervo da Fundação Energia e Saneamento; Mapeamento Vasp Cruzeiro, 1954 (Geosampa, 2016).

A implantação da capela corresponde às instruções da Câmara, como se verifica no mapa da cidade de 1954 (Figura 26 – detalhe direito superior). Essa pequena ermida, preservada até o início da década de 1960, quando foi demolida em função das obras viárias realizadas no parque Dom Pedro (Figura 26 – detalhe direito inferior), marca a origem da rua Santa Cruz da Figueira, atual Capitão Faustino Lima, que circundava um dos volteios do rio Tamanduateí. Originalmente surgida à margem do braço do rio, essa rua ficou localizada nos fundos da quadra criada em decorrência da implantação do balão do Gasômetro.

À frente dessa quadra, bordejando o novo parque, foi criada uma nova rua, que passou a ser a extensão da rua da Figueira, anteriormente localizada entre os aterrados do Brás e do Gasômetro. Como resultado, a rua da Figueira passou a ter mais que o dobro de sua extensão original. A comparação entre a *Planta geral da capital de São Paulo organizada sob a direcção do Dr Gomes Cardim*, de 1897, e o levantamento SARA-Brasil, de 1930, esclarece esse prolongamento. A Figura 27 mostra, à esquerda, a configuração da rua em 1897, estendendo-se desde a rua do Gasômetro até a avenida Rangel Pestana (em amarelo). À direita, o mapa de 1930 mostra a situação da extensão da rua da Figueira, surgida pela definição da nova quadra criada pela implantação do balão n. 1 e do parque D. Pedro II, indo encontrar-se com a rua da Mooca (em amarelo). Essa nova quadra é fechada, aos fundos, pela rua Santa Cruz da Figueira, a essa altura renomeada como Capitão Faustino Lima.

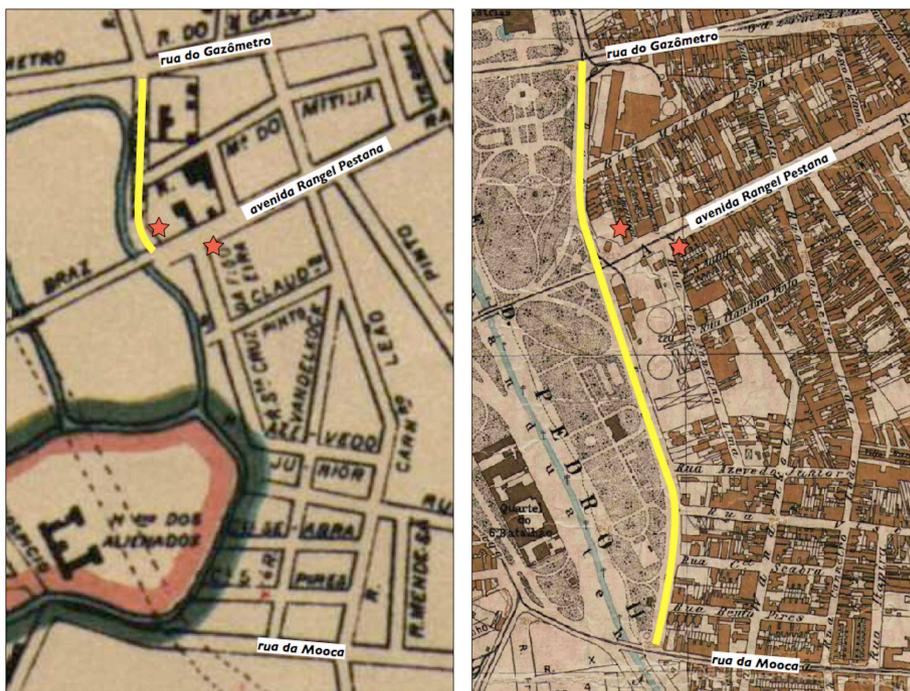


Figura 27 – Configuração original da rua da Figueira e sua posterior extensão. Fonte: Coleção de Mapas do IV Centenário (acervo da autora); Mapeamento Sara, 1930 (Geosampa, 2016).

61. São Paulo (1910).

62. Os Sacoman Frères estabeleceram-se no Ipiranga em 1905. Com a morte de um dos irmãos, a família decidiu vender a cerâmica e voltar para a França. A indústria e a chácara passaram para as mãos do italiano Américo Paschoalino Sammarone, que havia chegado ao Brasil em 1900. A fábrica, depois transformada em Cerâmica Ypiranga, funcionou até 1950 (Os irmãos..., 1954).

63. São Paulo (1910).

64. A árvore... (1909, p. 3).

## A FIGUEIRA DAS LÁGRIMAS

Diferente destino teve a Figueira das Lágrimas, que persiste até hoje, no bairro do Ipiranga. Pela devoção de alguns paulistanos, acabou sendo poupada do corte iminente no início do século XX, quando a cidade crescia vertiginosamente e o cinturão de chácaras que envolvia a capital ia dando lugar a empreendimentos imobiliários os mais variados, devidos à valorização dessas áreas, procuradas pelos contingentes de imigrantes que para cá se transferiam.

Em 27 de agosto de 1910, foi apresentado o Projeto nº 42, de autoria do vereador Mário do Amaral. Estavam presentes na sessão daquele dia Gabriel Dias da Silva, Sampaio Viana, [o próprio] Mário do Amaral, Goulart Penteado, Arthur Guimarães, Silva Telles, Horta Junior, Armando Prado, Raymundo Duprat, Rocha Azevedo e Frederico Branco.<sup>61</sup> Mário do Amaral leu carta que recebera de José Maria do Valle:

Em data de 25, recebi dos industriaes Sacoman Frères,<sup>62</sup> estabelecidos no Ypiranga, a honrosa incumbência de offerecer a esta edilidade a tradicional Árvore das Lágrimas, situada em terrenos de propriedade daquelles srs., na Estrada do Moinho Velho e bem assim a necessária área para a sua conservação, conforme planta do Engenheiro Bianchi, já apresentada à Municipalidade.<sup>63</sup>

Além da citada planta – procurada sem êxito – Mário do Amaral ainda teria anexado ao pedido a carta dos “srs. Sacoman Frères” e “um exemplar do jornal ‘O Estado de S. Paulo’, que trata desenvolvidamente da história da tradicional árvore” (Figura 28) e que a certa altura comenta o estado lastimável em que se encontrava a árvore: “As gravuras que estampamos dão perfeita idea do estado desolador em que se acha a figueira, toda mutilada, sem a majestosa opulencia com que a dotara a natureza”. As duas imagens que ilustram a edição e suas respectivas legendas dão ideia da amplitude do estrago causado pela poda severa, que visava a derrubada da figueira: “O estado actual da arvore, depois do côrte selvagem que soffreu”. Na imagem inferior, indica-se “o tronco com os ramos decepados”.<sup>64</sup>

Mário do Amaral apresentou, em seguida, uma resolução visando atender à demanda dos “Sacoman Frères”, os quais, em contrapartida à doação, esperavam ver a “conservação da estrada que vae a esse logar”, ressaltando ainda a importância do exemplar, “uma relíquia do passado”. Tal resolução é o Projeto n. 42, de 1910.

Pelo exposto durante a sessão, a questão da preservação da Figueira das Lágrimas era antiga, pois diante do discurso feito por Mário do Amaral, Sampaio Vianna solicita que “o projecto que acaba de ser lido” seja anexado “aos papeis referentes ao assumpto, porque esses papeis já foram sujeitos aqui



65. São Paulo (1910).

66. São Paulo (1910, p. 207).

Figura 28 – À direita, cópia de exemplar d’*O Estado de S. Paulo*, 22 ago. 1909. À esquerda, cópia de uma das fotografias utilizadas para ilustrar o artigo. Fonte: Acervo *O Estado de S. Paulo*; Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

a pareceres de comissões”.<sup>65</sup> De fato, o exemplar do jornal anexado ao Projeto n. 42 datava de 1909.

Supõe-se que a doação proposta pelos “Sacoman Frères” teve origem em um contínuo apelo popular, já que o mesmo Sampaio Vianna, ao fazer sua solicitação, expõe a preocupação da Comissão de Justiça daquela casa em relação às “condições em que se achasse a *Árvore das Lágrimas* [...] para que não se continue a dizer que a Câmara deixou esses papeis no esquecimento” e não deixa de ensaiar uma crítica ao modo como os jornais da época acompanhavam o caso, ao referir-se à figueira utilizando a expressão “tão decantada e tão chorada pela imprensa”.<sup>66</sup>

67. Zaluar (1975, p. 189).

68. A árvore... (1909).

69. A árvore... (1909).

O que gerava tanta polêmica, a ponto de mobilizar os jornais e a opinião pública, era justamente a história daquela figueira-brava, que se misturava à história da cidade de São Paulo, sua presença sendo a materialização da memória local. Já era um exemplar centenário em 1861, quando Augusto Zaluar a conheceu, em viagem entre São Paulo e Santos. O autor anotou:

Pouco mais adiante do Ipiranga encontra-se uma belíssima figueira brava, cujos galhos, bracejando em sanefas de verdura, formam um docel [sic] em toda a largura da estrada. É este o sítio das despedidas saudosas. Aqui vem abraçar-se e jurar eterna amizade aqueles que se separam, para em opostas direções da estrada seguirem depois, e quantas vezes na vida, um caminho e um destino também diversos. É conhecida esta figueira pelo poético nome de *Árvore das Lágrimas*. É tão doce a frescura que exala, tão suave a sombra que projeta, que muitas vezes o corpo fatigado do viajante pelo calor desses descampados, deita-se e adormece ao suspirar do vento que sussurra na ramagem, e ao canto solitário de algum sabiá namorado que desfere nas asas da viração as endexas sentidas de suas canções amorosas! Ao lado desta árvore fica um rancho de tropeiros, onde também se abrigam e descansam muitas vezes as pessoas que transitam por estas paragens.<sup>67</sup>

As despedidas a que se refere Zaluar são melhor expostas pelo artigo do jornal *O Estado de S. Paulo* de 22 de agosto de 1909, anexado por Mário do Amaral ao pedido de doação.<sup>68</sup> Tal artigo recupera as tradições ligadas à árvore, lugar originalmente utilizado como pouso de tropeiros, mas também, devido à sua posição, no início da estrada que saindo de São Paulo chegava à Santos, como ponto tradicional de despedidas.

Eram despedidas para a “longa e penosa travessia da nossa serra”, em direção a Santos, fosse para uma temporada de recreio no litoral, fosse a trabalho ou, ainda, para a partida de uma longa viagem de navio. A enorme figueira sinalizava “até onde amigos e parentes acompanhavam as pessoas que lhes eram caras”. Uma tradição que remontava aos tempos da instalação da Academia de Direito do largo São Francisco, no início do século XIX. Como se sabe, rapazes de todas as partes do Brasil vinham para São Paulo para lá estudar. Ao término do curso, havia o momento de despedidas do “Burgo de estudantes”, para o retorno às cidades de origem. Assim, conta o autor do artigo,

Os academicos da época celebravam as tradições da árvore da figueira. À partida de um collega, organizavam-se grupos de companheiros, em pittoresca excursão para o abraço da despedida. Tornou-se tão memorável aquele ponto de separação que as suas tradições não foram olvidadas pelas mais brilhantes pennas, em chronicas que apareceram na imprensa do Rio. Os talentos mais pujantes da nossa raça, os vultos mais eminentes da época actual estiveram á sombra da figueira, que ainda no seu tronco conserva os vestígios de recordações, esculpidas a ponta de canivete.<sup>69</sup>

Mais à frente, o autor cita França Junior, “saudoso chronista da ‘Gazeta de Notícias’”, que escrevera sobre as recordações dos tempos da São Francisco:

O trilho do progresso não havia ainda sulcado o dorso da majestosa serra, em cuja baixa ergue-se, sobre seu throno de esmeraldas, a saudosa Paulicéia. [...] Havia á beira do caminho, duas leguas distante da cidade, uma arvore, depositaria das mais poeticas tradições. Sob sua cópa frondosa reuniam-se bons companheiros e amigos para trocarem abraços na despedida. Quem ha por ahi daquela época que não se recorde com saudade da “ÁRVORE DAS LÁGRIMAS?” De quantos poemas não foi ella testemunha! Alli, com os olhos humidos ao deixar S. Paulo, disse o último adeus a esses bons camaradas, entre os quaes contava alguns amigos sinceros.<sup>70</sup>

A figueira ainda foi testemunha de outras despedidas, mais dolorosas. Segundo o mesmo artigo, também ficou conhecida por “Árvore das Lágrimas”

porque debaixo de sua sombra mães carinhosas, com a alma despedaçada de dor, a soluçar, em pranto, num derradeiro amplexo de despedida, beijavam os filhos, que em defesa da patria, ao som vibrante do clarim, marchavam para o campo de batalha, nas lutas com o Paraguay.<sup>71</sup>

Segundo consta de outro artigo mais recente, durante o período em que se desenrolou a Guerra do Paraguai, a figueira foi marcada oficialmente como o limite até onde os soldados podiam ser acompanhados de suas respectivas famílias, quando partiam para a luta.<sup>72</sup>

O artigo de 1909 fora escrito porque os proprietários do terreno, a fim de torná-lo edificável, tentaram, a golpes de machado, sacrificar a figueira, sob o argumento de que, “ultimamente, as construções estenderam-se por vários trechos da antiga estrada de Santos”.<sup>73</sup> Era o fenômeno da transformação das antigas chácaras localizadas ao redor da cidade, que iam se transformando em arruamentos. Àquela altura, a figueira-brava experimentava o primeiro grande período de esquecimento. Quando, em 1867, foi inaugurada a ligação ferroviária entre o litoral e o planalto e, por consequência, o caminho da Maioridade foi abandonado, as despedidas passaram a ser feitas nas plataformas de embarque da estação da Luz, sob a *gare* metálica.

Prossegue o artigo, criticando a administração municipal:

Parece-nos que á municipalidade cabia, neste momento, intervir de modo directo ou indirecto, chegando a um accordo com o proprietário do terreno ou expropriando este por utilidade publica. Há productos da Natureza cujo suggestivo encanto faz com que os amemos sinceramente. Mas se elles pertencem a uma familia histórica, so elles tem tradições gloriosas como a “Árvore das Lágrimas”, sob cuja cópa tantissimas vezes, se encontraram os paulistas de rija tempera, então não é só amor que lhes votamos. É mais alguma coisa, é o sagrado dever de conservarmos através o [sic] tempo, esses testemunhos vivos de um passado de que elles são os documentos gloriosos.<sup>74</sup>

70. A árvore... (1909).

71. A árvore... (1909).

72. Figueira... (1973).

73. A árvore... (1909).

74. A árvore... (1909).

75. Toledo (2015, p. 99)

76. Cf. Toledo (2015, p. 99-100).

77. São Paulo (1911, p. 152).

78. Embora doada à municipalidade em 1911, a figueira foi escriturada somente em 1920.

79. Nada consta, entretanto, no catálogo do evento.

80. Figueira... (1973).

81. A festa... (1937, p. 11).

Esses esforços culminavam em um processo de retomada da memória, pois cessado o movimento na estrada da Maioridade desde a inauguração da São Paulo Railway, a Figueira das Lágrimas acabou esquecida por pelo menos quatro décadas, até que os primeiros automóveis chegassem à cidade. Antonio Prado Junior foi o empreendedor da retomada do velho Caminho do Mar. “O caminho a percorrer era a chamada estrada do Vergueiro, sucessora da estrada da Maioridade”. Concebida por José Vergueiro por volta de 1864, a estrada “aproveitara o traçado da anterior, restaurando-lhe alguns pontos mais degradados, corrigindo outros e ampliando a largura do trecho da serra para a passagem de diligências”.<sup>75</sup> Acompanhado de amigos, mecânicos e jornalistas, Prado realizou a travessia da Serra do Mar em 17 de abril de 1908, levando 25 horas, para chegar a Santos.<sup>76</sup> O velho exemplar de figueira-brava experimentou, assim, um certo renascimento, que durou enquanto o caminho de automóveis para o mar teve início sob sua sombra.

Em vista dessa campanha, liderada pelos jornais da época e que mobilizou fortemente a opinião pública, tempos depois os “Sacoman Frères” estavam dispostos a doar a figueira à administração municipal. Nesse momento, aquela figueira-brava tinha grande apelo simbólico, a ponto de sua poda ou, antes, sua mutilação, ser motivo para a confecção de cartões-postais, como se observa no raríssimo exemplar mostrado na Figura 29.

Finalmente, através da Resolução nº 15 de 26 de maio de 1911, a Câmara de Vereadores autorizou “a Prefeitura a receber a doação feita pelo proprietário do terreno onde está a ‘Figueira das Lágrimas’, no Ypiranga”, tomando para si o dever de sua manutenção, despendendo “o que for preciso para a conservação da mesma, desde que a despesa não exceda a verba para a qual a Prefeitura tem auctorização legal, independente de votação especial da Câmara”.<sup>77</sup> O terreno doado tinha 10 x 10 metros (Figura 30), conforme consta no termo de doação lavrado em fevereiro de 1920.<sup>78</sup> E, assim, a Figueira das Lágrimas continuou a ser um marco na paisagem do Ipiranga, inclusive em documentação cartográfica encontrada, datada de 1921 (Figura 31) e 1930 (Figura 32).

A Figueira das Lágrimas foi também o modelo inspirador para uma pintura de Oscar Pereira da Silva, agraciado com o Prêmio Histórico do Salão Paulista de 1936,<sup>79</sup> e cujo “motivo central era uma cena de despedida”.<sup>80</sup> A figueira era também lembrada em comemorações ao Dia da Árvore, como demonstra artigo de 1937, quando foi realizada uma festa (Figura 33) por iniciativa da diretoria do Grupo Escolar do Sacoman, em que se relembrou o papel importante daquela árvore, “quando alli era o ponto terminal das despedidas que as famílias de São Paulo levavam aos entes queridos que partiam da então pequena cidade, para destinos vários”.<sup>81</sup> Por esse artigo, sabe-se o teor do texto da placa em bronze

(Figura 34) que se mandou instalar e que foi arrancada mais tarde, infelizmente, devido ao valor do metal para a empobrecida população local. Dizia o texto, em tom de dedicatória, de autoria de Eugênio Egas:

Sou a árvore das lágrimas e das saudades. Sob minha sombra, corações sem numero se pararam-se afflictos. Águias acadêmicas, portadoras do saber, confiantes voaram para a vida. Represento passado glorioso. Recordo suaves tradições da brumosa paulicéa. Vi e admirei, vejo e admiro, hei de vêr e admirar a vertiginosa marcha triumphal do progresso paulistano. Viandante que me contempas, descubre-te!<sup>82</sup>



Figura 29 – Cartão-postal da Figueira das Lágrimas mutilada por golpes de machado. 1909. Fonte: Coleção Martin Jayo.

REGIONAL	CADLOG	SETOR	QUADRA	GEGRAN	N.º
AR - IP	3325-3	150	211		300364

**DEPARTAMENTO PATRIMONIAL**  
DIVISÃO TÉCNICA DE DOCUMENTAÇÃO - PATR - 5  
SEÇÃO DE CROQUIS E LOCALIZAÇÃO - PATR 502

Local: - Estrada das Lágrimas  
Sacomã

*Art. 9º Lei nº 354/16*

← SÃO PAULO — SANTOS →

← ESTRADA VERGUEIRO →

RUA JOAQUIM DE SOUZA

← EST. VERGUEIRO

MARCO DE ALINHAMENTO

10,00 X 10,00

FIGUEIRA DAS LÁGRIMAS

*ATUAL EST. DAS LÁGRIMAS*

ESCALA 1:250

DADOS DOMINIAIS

Planta s/nº

Nome:- Doação feita por Sacoman Freres, por escritura de doação lavrada em 5/2/1.920 no livro nº 31 fls. 12 do 8º Tabelião

Registro:- nº 14.841 do livro 3/2 pagina 71 da 1ª Circunscrição em 12/2/1.920.

Auto do Registro Geral nº 421 - Processo nº 24.280/32

Disponibilidade:- Resolução 15 de 26/5/1.911.

17.06.80 *Lita Amara*

Figura 30 – Inscrição da Figueira das Lágrimas no patrimônio municipal. Fonte: Geosampa (2016).



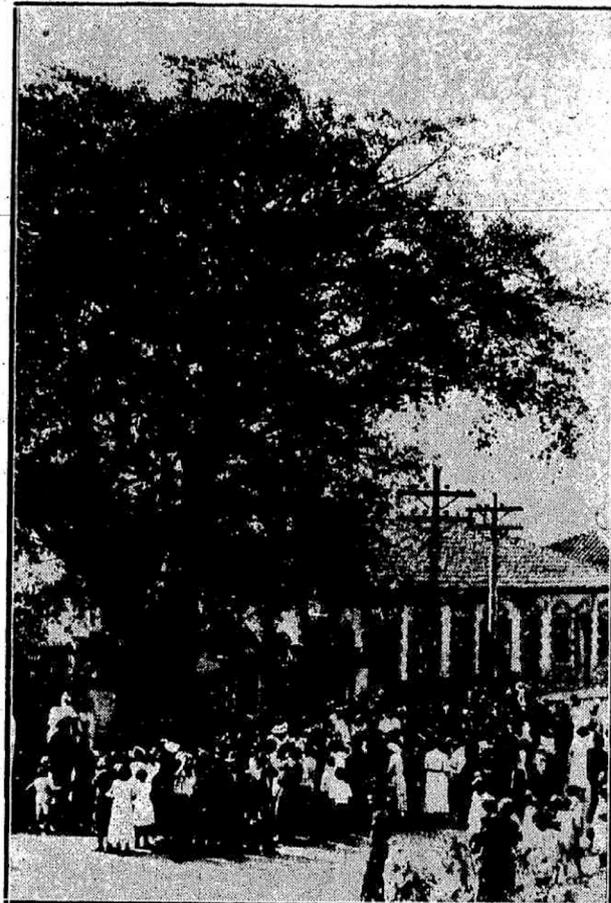
Figura 31 – Roberto Mertig. Planta das terras do Garapoava, Sítio do Moinho, N. Sra. Mercês, Taboão, Ourives e outros. 1921. No destaque, a indicação da localização da figueira. Fonte: Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, coleção João Baptista de Campos Aguirra.



Figura 32 – Localização da Árvore das Lágrimas no levantamento SARA Brasil. 1930. Fonte: Geosampa (2016).

83. A festa... (1937, p. 11).

84. Um defensor... (1974, p. 4).



A velha e acolhedora figueira brava: "arvore das lagrimas e da saudade"

Figura 33 – A velha e acolhedora figueira brava: "arvore das lagrimas e da saudade". Detalhe de cópia de exemplar d'O Estado de S. Paulo, 22 set. 1937, noticiando a comemoração do Dia da Árvore junto à Figueira das Lágrimas. Fonte: Acervo O Estado de S. Paulo.

Embora o artigo se referisse à festa do Dia da Árvore como um momento em que os alunos, os professores e a vizinhança "recordavam um São Paulo já perdido nas névoas do tempo mas não esquecido na memória das gerações atuais", felicitando-se com o culto à velha figueira-brava, ao mesmo tempo sinalizava seu futuro esquecimento quando, ao final, em tom entusiasmado, relatava que ocorrera outra comemoração alusiva àquela data na véspera, em outro lugar: dera-se início à arborização do parque do Ibirapuera, que contou com a presença do então prefeito Fábio Prado.<sup>83</sup>

Dez anos depois, em 1947, um leitor reclamava ao jornal *O Estado de S. Paulo* que os esforços de Eugenio Egas, que 25 anos antes realizara o "levantamento das principais árvores históricas de São Paulo",<sup>84</sup> haviam sido esquecidos pela população e pela administração municipal. Em 1953, em meio aos preparativos para a comemoração do IV Centenário da capital paulista, a Figueira das Lágrimas foi lembrada novamente, mas em tom bastante diferente dos artigos anteriores, como um exemplar antigo e, deduz-se, cuja importância histórica havia sido esquecida:

85. A árvore... (1953, p. 7).

86. A árvore... (1953, p. 7).



Figura 34 – Gabriel Zellauí. Placa de bronze ao pé da Árvore das Lágrimas. 1953. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Na cidade de São Paulo a ânsia do momento é abrir praças, romper avenidas e alargar ruas, além de melhorar o mais possível a pavimentação da cidade. [...] com ritmo cada vez mais acelerado, à medida que se aproxima o IV Centenário da fundação da cidade. Tal aspecto resulta do fato de que essa movimentação construtiva, necessariamente contendo uma parte mínima de destruição de velharias inúteis, vem, ou revelando, ou acentuando, perante o público paulistano a existência de *árvores antigas e isoladas, muito pouco ou quase não conhecidas*.<sup>85</sup>

Sintoma do deslocamento da centralidade da cidade para o quadrante Sudoeste, a figueira-brava foi citada como “um grande motivo para um pequeno turismo”<sup>86</sup> e até um mapa era apresentado ao leitor (Figura 35), para que pudesse visitar a árvore, em um circuito cuja ênfase é dada para três grandes obras do IV Centenário, as vedetes do momento: o parque do Ibirapuera, o aeroporto de Congonhas e a via Anchieta, cujo traçado selou em definitivo o distanciamento que o caminho para Santos havia tomado em relação à centenária figueira-brava desde a abertura da estrada do Vergueiro.

87. Na figura, o polígono hachurado em vermelho corresponde ao terreno doado à prefeitura pelos irmãos Sacoman, em 1911.

88. Estado defende... (1972, p. 42).

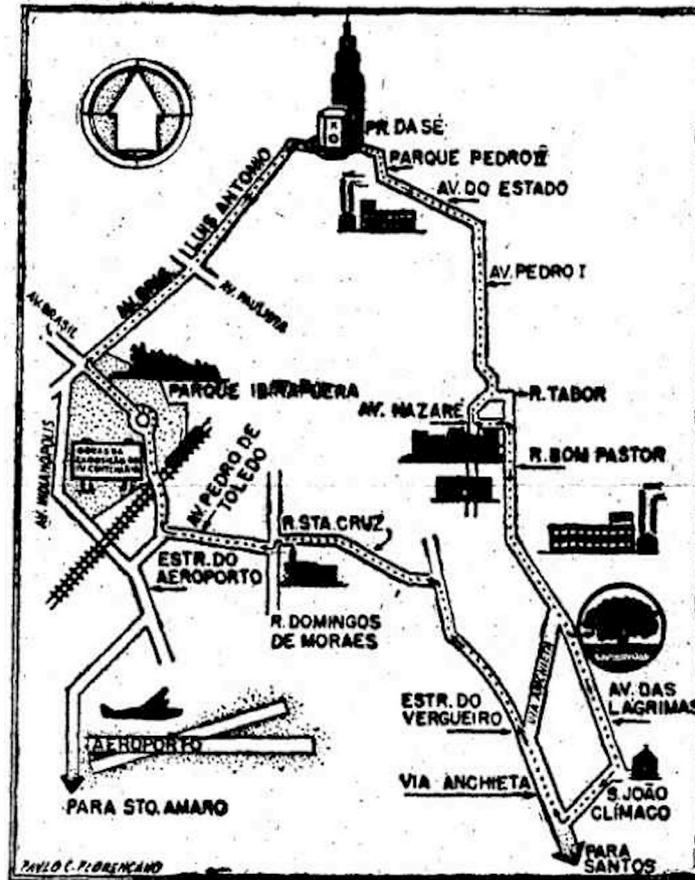


Figura 35 – Roteiro para do centro de São Paulo chegar à “Árvore das Lágrimas” e, tanto na ida como no regresso, conhecer e apreciar muitos aspectos característicos da capital paulistana. Fonte: Acervo O Estado de S. Paulo.

A partir de então, a Figueira das Lágrimas caiu no esquecimento, apesar de alguns esforços isolados para a manutenção de sua memória e de sua própria materialidade. No mapa da cidade de São Paulo de 1954, consultado no sistema Geosampa (Figura 36), já não há mais menção à figueira.<sup>87</sup> Em 1972, quando houve a indicação para o tombamento “dos monumentos históricos existentes ao longo do Caminho do Mar” em nível estadual, a Figueira das Lágrimas foi incluída na lista de bens a ser tombados, ainda que não constasse da listagem sugerida pelos órgãos de preservação. Em artigo sobre a indicação, as razões para sua inclusão na lista são bastante singelas: “Na conhecida Estrada das Lágrimas, encontrando-se a Árvore das Lágrimas, uma grande figueira brava, ao pé da qual foi colocada uma lápide com inscrição devida a Eugenio Egas”.<sup>88</sup> Nem uma linha sobre seu papel demarcatório do ponto das despedidas, do limite mais ao sul da cidade de São Paulo, a partir de onde avançava-se à empreitada da transposição da Serra do Mar. Ou que, no sentido contrário, sua sombra era o repouso que sinalizava a chegada à capital paulista. A leitura do artigo deixa a impressão de que a árvore fora incluída em função da lembrança da memória de Egas.

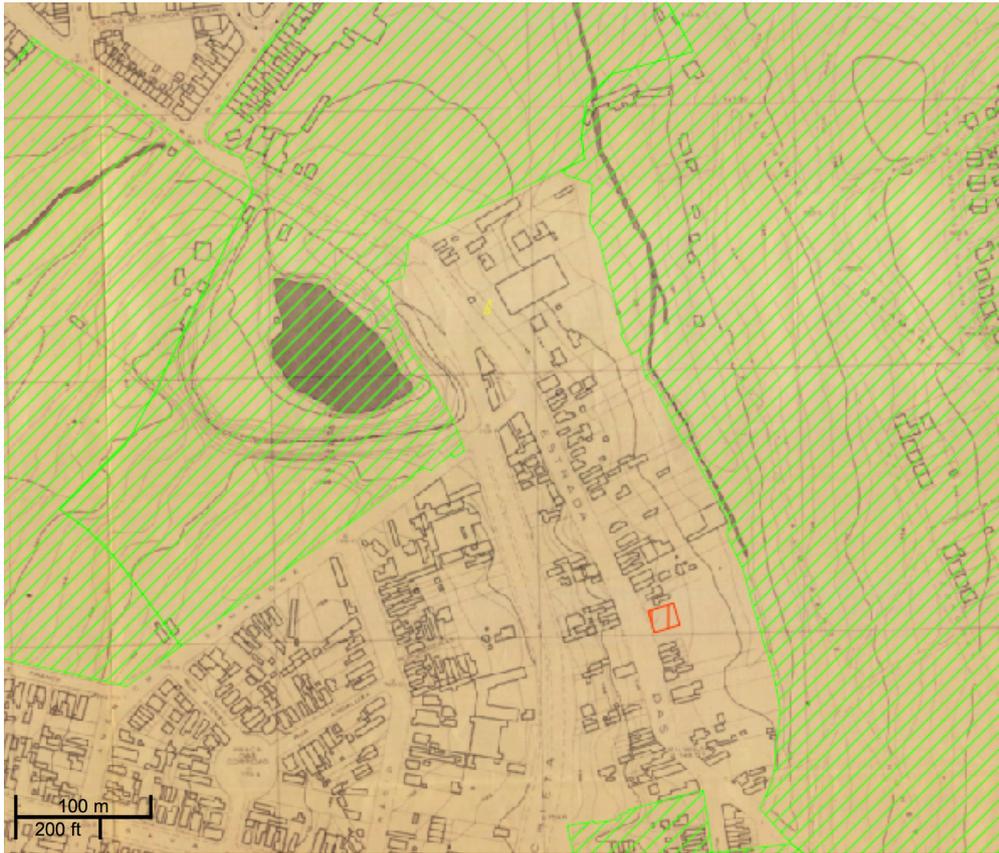
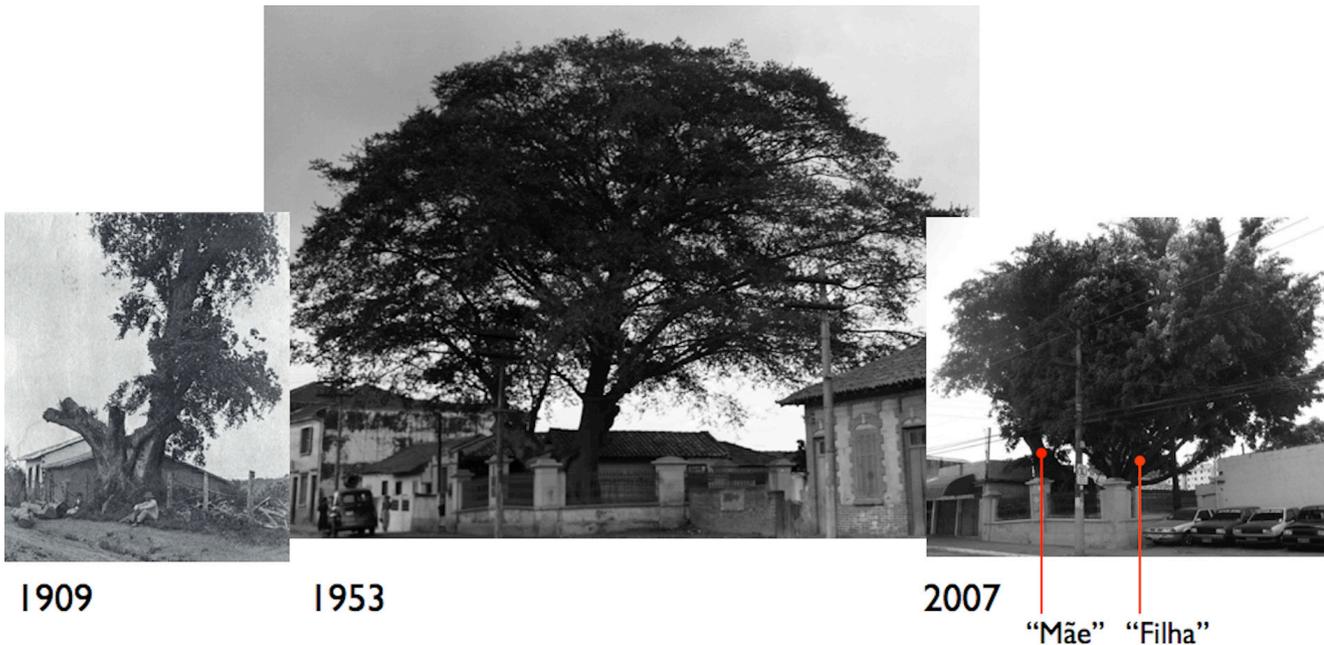


Figura 36 – Mapa da cidade de São Paulo. 1954. Fonte: Geosampa (2016).

Em 1953, pelo menos, a figueira havia se recuperado da drástica poda de 1909, conforme se observa na Figura 37 (centro). Observe-se, além de seu porte e a textura de sua copa em comparação à *Ficus benjamina* (na imagem à direita), as marcas da poda de 1909: a redução abrupta da espessura do tronco indica que a parte inferior é bem mais antiga do que a superior. Porém, em 1977, a Figueira das Lágrimas encontrava-se novamente sob ameaça de corte, agora devido ao seu delicado estado. Segundo os jornais, só lhe restavam dois galhos e sua estabilidade estava comprometida por parasitas instalados em seu tronco. Após exame de uma comissão formada para tentar recuperá-la, pois desde a década de 1960 considerava-se que estivesse agonizando, o corte ficou previsto para 8 de setembro daquele ano. Recordando a sua história, um artigo do *Jornal da Tarde* noticiava a autorização para o corte, cercada de cuidados:

A luta da velha figueira das lágrimas parece estar no fim. A autorização de remoção, data de 8 de setembro de 1977, está apenas esperando a assinatura de Celso Hahne – que, no entanto, quer, antes de assinar, ter a confirmação de que a árvore está de fato sem condições de sobreviver.<sup>89</sup>



90. Araujo (1977).

91. São Paulo (1988).

92. São Paulo (1988, p. 495).

Figura 37 – Linha do tempo com a Figueira das Lágrimas. Fonte: Coleção Martin Jayo, Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo e acervo da autora.

O artigo continua, com projeções para o futuro:

No lugar da árvore centenária, Celso Hahne está pensando em plantar uma outra figueira. Na sombra dos dois últimos galhos já cresce, ainda com poucos centímetros, uma nova figueira. Celso Hahne se entusiasma: “Se da própria mãe nasce, vamos criar a filha. De qualquer maneira ela iria mesmo morrer; poderíamos apenas adiar um pouco mais...”<sup>90</sup>

No entanto, a poda final nunca se concretizou, e a velha figueira ainda resiste, debilitada evidentemente, até hoje (Figura 37 – imagem à direita). Na década de 1980 foi incluída no Cadastro de Espaços Arborizados Significativos do Município de São Paulo, trabalho realizado entre 1984 e 1985, que resultou na edição do volume *Vegetação significativa do Município de São Paulo*, no qual está cadastrada como *Exemplar Isolado nº 59*.<sup>91</sup> O texto informa que em 1952 a Figueira das Lágrimas foi tombada pela Sociedade Geográfica Brasileira e que “seus ramos inferiores estão escorados por estacas e sua copa foi podada pela interferência na fiação elétrica”.<sup>92</sup> Outros tempos...

Hoje o exemplar está protegido pelo Decreto nº 30.443, de 20 de setembro de 1989, que através do seu artigo nº 16 “torna imunes de corte em razão de sua beleza e raridade”<sup>93</sup> os exemplares isolados constantes do cadastramento efetuado pela prefeitura em 1985. Entretanto, vale observar que a

árvore original, a figueira-brava centenária – a “mãe”, segundo Hahne –, está consideravelmente combalida e encontra-se ao lado do grande exemplar de *Ficus benjamina* – “a filha” –, exemplar de espécie exótica e agressiva, que cresceu ao seu lado, provavelmente a pequena muda de figueira a que Hahne fez menção no artigo da década de 1970, denotando um descuido tanto dos técnicos e autoridades municipais quanto do público em geral<sup>94</sup> (Figura 37 – direita).

Apesar da proteção municipal e estadual, percebe-se o grande desconhecimento, atualmente, da história da Figueira das Lágrimas. Prova disso é que, no sistema Geosampa, a indicação de área especial, sob proteção, recai sobre a edificação que está ao lado da figueira-brava (Figura 38), em desconformidade com a documentação cadastral municipal (Figura 30). Vale lembrar José de Souza Martins, que em 2010 prestou-lhe homenagem, prevendo amargo futuro para aquela árvore:

A velha árvore sobrevive, ao lado de um ponto de ônibus, na Estrada das Lágrimas, vizinha à casa n.º 515. Acabou abraçada e sufocada pelo crescimento urbano anômalo, no flanco da favela de Heliópolis, como incômodo vegetal atravancando o trânsito. Em agonia lenta, a vergonhosa agonia de nossa memória histórica.<sup>95</sup>



Figura 38 – Aerofoto da figueira em 2004. Fonte: Geosampa (2016).

93. São Paulo (1989).

94. Araujo (1977).95. Martins (2010).

96. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (1981).

97. Duarte (2007, p. 26).

98. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se demonstrar como as figueiras-bravas, árvores comuns, encontráveis na ampla faixa de matas tropicais do Sudeste brasileiro, podem ser mais do que marcos paisagísticos. Podem ser testemunhos de épocas passadas, de práticas sociais já não mais em uso. Estabelecendo uma analogia com a problemática dos monumentos históricos arquitetônicos, pode-se considerar que o caso das figueiras-bravas aqui tratadas estaria distante do conceito de monumento de caráter excepcional. Ligam-se ao cotidiano, ocorrem com grande frequência, mas nem por isso podem ser ignoradas se, em determinadas situações, adquirem significado que permite elencá-las como monumentos.

A Carta de Florença, de 1981, que prevê a salvaguarda dos jardins e sítios históricos, em seu artigo 8º define: “um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre etc.”, sendo que “a denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos”, conforme o artigo 6º.<sup>96</sup>

Ou seja, “o estudo sobre as relações entre as sociedades e a natureza não devem se limitar a áreas de preservação, florestas ou campos facilmente reconhecíveis como ambientes naturais”.<sup>97</sup> Mais recentemente, a Carta de Bagé, em seu artigo 11º, reitera tal definição: “sítios de valor histórico [...], áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano” estão incluídas no conceito de “paisagem cultural” e como tal devem ser

objeto das mesmas operações de intervenção e preservação que recaem sobre todos os bens culturais. Operações como as de identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, restauração, recuperação, renovação, revitalização, restituição, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento e outros.<sup>98</sup>

O exemplo da Figueira das Lágrimas é importante posto que, décadas antes do estabelecimento das primeiras ações preservacionistas oficiais entre nós, que datam de meados da década de 1930, um sítio histórico foi oficialmente alvo de salvaguarda por parte do poder municipal, documentada pela Resolução nº 15 de maio de 1911, a partir da demanda popular, adiantando-se ao proposto pela Carta de Florença, elaborada setenta anos depois. Mais curioso e inusitado ainda é que o objeto dessa ação não fosse um bem arquitetônico, mas um exemplar vegetal.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Alessandra Martins. A rede ferroviária e a urbanização da freguesia do Brás: estudo onomástico contrastivo. 2007. 256 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Roberto. Morre a árvore das lágrimas e das saudades. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 13 set. 1977.

A ÁRVORE das lágrimas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 ago. 1909.

A ÁRVORE das lágrimas, grande motivo de pequeno turismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1953. p. 7.

AZEVEDO, Militão Augusto de. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887*. São Paulo, 1887.

BARLEUS, Gaspar. *Casparis Barlaei, rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi Comitiss I. Amsterdam: Ex. Typographico Ioannis Blaeu, 1647*.

BRAGA, Rubem. *Um pé de milho*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

CAMPOS, Eudes. A Vila de São Paulo em seus primórdios: ensaio de reconstituição do núcleo urbano quinhentista. *Arquipaulistana*, São Paulo, n. 204, p. 1-104, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2krsLX7>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

CAMPOS JR., Eudes de Mello. São Paulo antigo: plantas da cidade. *Informativo do Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, n. 20, 25 jul. 2009.

CARAUTA, Jorge Pedro Pereira. *Ficus (Moraceae) no Brasil: conservação e taxonomia*. 1987. 273 f. Tese (Doutorado) – Programa Especial de Doutorado, Universidade Mackenzie, São Paulo, 1987.

CARAUTA, Jorge Pedro Pereira; DIAZ, Benjamin Ernani. Figueiras no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Carta de Florença. Florença, 21 maio 1981. Disponível em: <<https://bit.ly/2GOyuiw>>. Acesso em: 25 maio 2018.

UM DEFENSOR das arvores historicas de S. Paulo. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 out. 1947. Colaboração dos Leitores, p. 4.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. Manifestações neoclássicas no Vale do Paraíba: Lorena e as palmeiras-imperiais. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 193-250, jul./dez 2006.

DIAS, Alan Modesto. Augusto Emílio Zaluar e os homens sem senhor: vida cotidiana na peregrinação pela província de São Paulo, 1860-1861. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

DOURADO, Guilherme Mazza. Belle époque dos jardins. São Paulo: Editora Senac, 2011.

DUARTE, Regina Horta. À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 10, n. 2, p. 25-44, jul./dez. 2007.

ESTADO defende obras históricas da Serra. O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 42, 2 jul. 1972.

EVANGELISTA, José Geraldo. Lorena no século XIX. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. v. 7. (Coleção Paulística).

FERNANDES JR., Rubens et al. Militão Augusto de Azevedo. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

A FESTA das árvores – Significativa comemoração junto à velha figueira das lágrimas – A arborização do novo Parque Municipal do Ibirapuera. O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 11, 22 set. 1937.

FIGUEIRA resiste ao tempo. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 24 abr. 1973.

GAENSLY, Guilherme. Postais da cidade de São Paulo 1900-1940. São Paulo, 1940.

GEOSAMPA. Mapa digital da cidade de São Paulo. Disponível em: <<https://bit.ly/1Qt0WZV>>. Acesso em: 3 set. 2016.

GLEZER, Raquel. Chão de terra: e outros ensaios sobre São Paulo. São Paulo: Alameda, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Bagé ou Carta da paisagem cultural. Bagé, 17 ago. 2007.

OS IRMÃOS Sacoman. Correio da Manhã, São Paulo, 21 ago. 1954. Terceiro Caderno, p. 44.

LAGO, Pedro Corrêa do. Iconografia paulistana do século XIX. São Paulo: Metalivros, 1998.

LEONEL, Sarita; SAMPAIO, Aloísio Costa (Org.). A figueira: figo, história e cultura. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LORENZI, Harri. Árvores brasileiras. Nova Odessa: Plantarum, 1992.

MARTINS, José de Souza. Árvore das Lágrimas. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 ago. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2xcn9JD>>. Acesso em: 25 maio 2018.

MEMÓRIAS de Lorena em fotos e palavras. Lorena: Soc. Amigos da Cultura de Lorena, 2003. (Col. Lorenense, v. 8, t. 3).

PAGANO, Sebastião. Roteiro de São Paulo antigo. Diário de São Paulo, São Paulo, 29 jan. 1950.

PELISSARI, Gisela; ROMANIUC NETO, Sergio. Ficus (Moracea) da Serra da Mantiqueira, Brasil. Rodriguésia, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 91-111, 2013.

PIGNAL, Marc et al. Herbário virtual A. de Saint-Hilaire: uma nova ferramenta para o estudo da botânica no Brasil. Adansonia, Paris, v. 35, n. 1, p. 7-18, 2013.

PIO CORREA, Manuel; PENNA, Leonam de Azeredo (Org.). Dicionário de plantas úteis do Brasil e exóticas cultivadas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1926-1975. 6 v.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RODRIGUES, Antonio da Gama. Gens lorenensis. Lorena: [s.n.], 1956.

\_\_\_\_\_. Gens lorenensis. 2. ed. Lorena: Sociedade Amigos da Cultura de Lorena, 2001. (Coleção Lorenense).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris: Grimbert et Dorez, 1830. v. 1.

SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 30.443, de 20 de setembro de 1989. Diário Oficial, São Paulo, 21 set. 1989.

SÃO PAULO (Município). Annaes da Camara 1910. São Paulo: Graphica Paulista: 1910.

\_\_\_\_\_. Atas da Câmara da Cidade de São Paulo de 1860 a 1890. São Paulo: Departamento de Cultura, 1946. v. 62.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 15, de 26 de maio de 1911. São Paulo: Graphica Paulista, 1911.

\_\_\_\_\_. Vegetação significativa no município de São Paulo: exemplares isolados. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria Municipal do Planejamento, 1988. (Série Documentos).

TERRA, Carlos Gonçalves. O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Escola de Belas Artes, 2000.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954. São Paulo: Objetiva, 2015.

VELLOZO, José Mariano da Conceição. Florae fluminensis icones. Parisiis: Ex Off. lithogr. Senefelder, 1827.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatz (Ed.). Flora brasiliensis. Campinas: Centro de Referência em Informação Ambiental, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2GOleKN>>. Acesso em: 25 maio 2018.

ZALUAR, Augusto Emílio. Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil).

Artigo apresentado em 19/11/16. Aprovado em 14/05/17.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License